



Relatório de Estágio

Marjory Langendyk Proença

nº 4412

Orientadores: Professor Doutor Nuno Piçarra (FDUNL)

Dr.^a Joana Nunes (MRA)

Lisboa, 2017

Declaração anti-plágio

De acordo com o artigo 20º.-A do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, declaro que o texto aqui apresentado é de minha exclusiva autoria e que toda utilização de contribuições ou textos alheios está devidamente referenciada.

Abreviaturas utilizadas

CEE	Comunidade Económica Europeia
ECTS	European Credit Accumulation and Transfer System
FDUNL	Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
ICE	Iniciativa da Cidadania Europeia
LN	Lei da Nacionalidade
MRA	Miguel Reis & Associados – Sociedade de Advogados RL,SP
RN	Regulamento Nacionalidade
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
TFUE	Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia
TUE	Tratado da União Europeia
UE	União Europeia

Índice

1. Introdução	5
2. MRA	
a. Informações Gerais	7
b. Áreas de Atuação	7
c. Perfil e Missão	8
d. Objetivos do Estágio	9
3. Direito dos Estrangeiros	
a. Introdução	10
b. Tipos de Vistos	13
c. Residência em Território Nacional	22
d. Afastamento do Território Nacional	30
e. Casos concretos vistos no estágio	33
4. Nacionalidade Portuguesa	
a. Breve Histórico	34
b. Nacionalidade Originária	36
c. Naturalização	45
d. Casos concretos vistos no estágio	48
5. Cidadania Europeia	
a. Aspectos Gerais	50
b. Direitos relativos à cidadania	53
6. Conclusão	
a. Avaliação Pessoal do Estágio	64
b. Expectativas	64
c. Relevância atribuída ao Estágio	65
7. Bibliografia	66

1. Introdução

Após concluídos os dois primeiros semestres do Mestrado na área de Direito Internacional e Europeu, com aproveitamento de 12 disciplinas, equivalente a 64 ECTS, o presente relatório de estágio enquadra-se nas normas regulamentares respeitantes ao 2º ciclo de estudos relativo ao grau de mestre em direito, conforme Despacho nº. 6738/2010, publicado em Diário da República, 2.ª série, a 15 de Abril de 2010.

Considerando o artigo 1º do Regulamento do Segundo Ciclo de Estudos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa¹, este relatório de estágio tem por objectivo:

- i) desenvolver e aprofundar conhecimentos na área de Direito Internacional e Europeu;
- ii) preparação para uma vida profissional como jurista;
- iii) desenvolvimento de aptidões para investigação.

O artigo 30.º do Regulamento ainda dá a possibilidade de o aluno escolher se deseja elaborar uma dissertação, um trabalho de projecto ou um relatório de estágio. As três opções têm por objetivo os mencionados no artigo 1º. Entretanto, a elaboração de um relatório de estágio tem como base o estágio realizado, ou seja, sai do plano somente da teoria e passa a ser um misto entre teoria e prática, tendo relevância para uma posterior atividade profissional.

A experiência do contacto directo com a atividade profissional e ver o direito sendo aplicado em casos concretos somente enriquece a investigação jurídica, permitindo que maior conhecimento seja adquirido e desenvolvido.

A estrutura do relatório reflete as actividades desenvolvidas separados por tema.

Primeiramente, foram estudados a legislação relativa aos estrangeiros, basicamente a Lei 23/2007, e os requisitos e documentos exigidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, passando por um breve histórico a respeito da evolução do espaço Schengen na relevância para os cidadãos de estados terceiros, para posteriormente se passar à análise dos casos práticos relacionados a este tema.

¹ Disponível em <http://www.fd.unl.pt/Anexos/10203.pdf>

² Disponível em <http://www.lawrei.com/pt-PT/>

Numa segunda parte, a nacionalidade portuguesa foi analisada, desde o seu contexto histórico e evolução até a atual lei da nacionalidade, Lei 37/81, passando pelos conceitos e evolução do *jus sanguinis* e *jus solis* na relevância da cidadania europeia. A lei da nacionalidade portuguesa foi analisada em seus artigos distintivamente, para então se fazer o acompanhamento jurídico dos casos relacionados com pessoas que tinham interesse em se tornar cidadãos portugueses e se estes tinham o direito para tal.

Por último, numa terceira parte, foi feita uma análise da cidadania europeia em seus principais aspectos. Na verdade, aquele que se torna cidadão português torna-se também um cidadão europeu com direitos e deveres . Analisou-se também o que implica ser um cidadão europeu para aqueles que tem direito e desejam se tornarem cidadãos de algum Estado-Membro, e a importância do Tratado da União Europeia para a cidadania europeia.

2. MRA -Miguel Reis & Associados – Sociedade de Advogados RL,SP

a. Informações gerais

A MRA é uma sociedade de advogados portuguesa, com escritórios em Lisboa, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Newark e Goa.

Os serviços jurídicos prestados estão relacionados principalmente com os portugueses e brasileiros residentes no estrangeiro, o apoio a empresas portuguesas que queiram se fixar no exterior e a imigração para Portugal e Brasil. Assim, é dada uma especial atenção aos portugueses emigrantes bem como aos estrangeiros que querem se instalar em Portugal.²

b. Áreas de atuação

A cidadania da União Europeia

A cidadania europeia – que confere aos cidadãos especiais direitos no imenso espaço da União Europeia – não se afirma isoladamente, tendo como pressuposto essencial a pertinência a um dos Estados-Membros que integram a União. Especialmente importante é que ela acrescenta valores substanciais às cidadanias nacionais e é, por si mesma, com essa natureza um elemento de nivelamento em alta de todos os cidadãos que a transportam.

Na MRA são prestados serviços de assistência jurídica aos cidadãos europeus que fixem residência em Portugal, no âmbito de relações com Portugal. Ainda, a assistência jurídica e de representação de familiares de cidadãos europeus nacionais de Estados terceiros que pretendam fixar residência em Portugal.

Nacionalidade Portuguesa

A MRA dedica-se, há mais de 20 anos, ao estudo da problemática da nacionalidade portuguesa.

São prestados serviços de assistência jurídica e feita a representação de cidadãos que tenham direito à atribuição, à aquisição e à recuperação da nacionalidade portuguesa,

² Disponível em <http://www.lawrei.com/pt-PT/>

apresentando os respetivos pedidos de nacionalidade portuguesa nas entidades públicas portuguesas e fazendo todo o acompanhamento jurídico dos processos.

Direito dos Estrangeiros e imigração

A MRA presta serviços de apoio à concessão de vistos e autorizações de residência em Portugal, estudando e prestando assistência aos cidadãos estrangeiros que pretendam residir em Portugal.

São feitos estudos e análise jurídica das situações em concreto dos clientes que a procuram, indicando quais as opções legais mais adequadas a cada situação específica. Após feita esta análise, os requerentes são assistidos na organização dos documentos necessários ao pedido de concessão de autorizações de residência, é feito agendamento junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, apresentando os respetivos pedidos e representando os requerentes no processo até decisão final.

c. Perfil e Missão

A MRA - Miguel Reis & Associados - Sociedade de Advogados RL, é sociedade de advogados portuguesa, fundada em 1992, registada na Ordem dos Advogados de Portugal em 4 de janeiro de 1993, que assume como missão a prestação de serviços jurídicos de qualidade.³

O foco principal está no direito português na área do direito internacional, porque uma parte importante da atividade está relacionada ao apoio aos portugueses e brasileiros espalhados por todo o Mundo, bem como à internacionalização das empresas portuguesas e brasileiras e aos investidores em Portugal e no Brasil. Há um conjunto de serviços para os que pretendam fixar-se em Portugal, seja para, apenas residir, seja para estudar ou investir.

Portanto, a MRA está especialmente vocacionada para a assistência aos portugueses e aos luso-descendentes espalhados pelo Mundo, tendo uma grande experiência no tratamento de questões jurídicas que envolvem os países em que se encontram as principais aglomerações de portugueses no exterior.

³ Disponível em <http://www.lawrei.com/pt-PT/>

A sede é em Lisboa, mas também há escritórios próprios de advocacia no Brasil em São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza.

Além disso, há dois front-offices, em Newark e Goa, que são administrados pelas firmas MRA – Miguel Reis & Associados Inc. USA e MRA SupportServices India, e estão vocacionados para o estabelecimento de um link permanente entre essas cidades e o escritório em Lisboa por videoconferência.⁴

d. Objetivos do Estágio

O estágio tinha como objetivo, além dos mencionados na introdução- desenvolver e aprofundar conhecimentos na área de direito internacional e europeu, preparando para uma vida prática de jurista - ver como se aplica a teoria estudada no Mestrado em casos concretos.

O plano de estágio visava o acompanhamento de casos jurídicos relacionados com pedido de nacionalidade portuguesa por nacionais de países terceiros, fora da União Europeia, pedido de residência ou vistos para permanecer em Portugal, e quais seriam os direitos e deveres destas pessoas ao se tornarem cidadãos europeus.

O acompanhamento foi feito desde o primeiro contacto de alguns clientes do escritório via e-mail, auxiliando-os quanto ao visto seria o correcto pedir, ou se tinham direito ou não a se tornarem nacionais portugueses, bem como o acompanhamento desse processo, incluindo os documentos a serem apresentados e o pedido inicial feito a autoridade competente para cada caso.

Dessa forma, foi feita análise dos instrumentos jurídicos utilizados pela sociedade de advogados na actualidade relativos ao Direito Internacional.

⁴ Disponível em <http://www.lawrei.com/pt-pt/perfil-e-missao#containerDiv>

3. Direito dos Estrangeiros

a. Introdução

O Direito dos Estrangeiros abrange varias leis, regulamentos, tratados e princípios. Trata-se de um conjunto de normas e princípios jurídicos que definem a situação jurídica do estrangeiro, reservando-lhe um tratamento diferente daquele que o direito interno reserva aos nacionais.

Considera-se estrangeira toda pessoa que não tenha nacionalidade de um dos Estados-Membros da União Europeia. Em Portugal, o Direito dos Estrangeiros está regido pela Lei 23/2007, de 4 de Julho, a qual regulamenta a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Esta Lei abrange condições de entrada e permanência de estrangeiros por curtos períodos, como por exemplo, para efeitos de turismo. Também abrange condições de entrada e permanência de estrangeiros que pretendem fixar residência em território nacional, seja por razões económicas ou familiares. E ainda, para refugiados, beneficiários de asilo político, protecção humanitária ou temporária.

Tanto a Lei 23/2007, quanto suas posteriores alterações podem ser encontradas no website do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF – www.sef.pt), na secção Estrangeiros – Legislação.

Ainda, a Lei 23/2007 e a respectiva regulamentação determinam que para a entrada ou saída do território português os cidadãos estrangeiros têm que estar portando um documento de viagem, como o passaporte, reconhecido como válido e cuja validade deve ser superior em, no mínimo, três meses à duração da estada prevista.

Os cidadãos da União Europeia podem entrar em Portugal mediante simples apresentação de um bilhete de identidade ou de passaporte validos sem qualquer visto de entrada ou formalidade equivalente. Os familiares de cidadãos da União que não possuam a nacionalidade de um Estado-Membro são admitidos no território português mediante a apresentação de um passaporte válido, só estando sujeitos à obrigação de visto de entrada nos termos das normas em vigor na União Europeia. Beneficiam, contudo, de todas as facilidades para a obtenção dos vistos necessários, os quais são

concedidos a título gratuito e com tramitação especial que garanta a celeridade na emissão.

No âmbito da União Europeia, a criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça tem feito com que os Estados-Membros se aprofundem em uma política comum em matéria de asilo e imigração. Tanto que, no artigo 2º da lei portuguesa, foram incorporadas as Directivas da União Europeia, estabelecido pelo Tratado da União Europeia.

Considerando o ordenamento jurídico português e o da União, existem diversas categorias de estrangeiros, sujeitas a diferente tratamento em matéria de entrada, permanência, saída e afastamento.

A Lei Portuguesa também incorporou o Tratado de Schengen, que entrou em vigor através da Convenção de Aplicação em 1995, o qual eliminou os controlos nas fronteiras internas dos Estados signatários e criou uma fronteira externa única. Foram aí estabelecidos procedimentos comuns em matéria de vistos, de condições de circulação de estrangeiros, de títulos de residência, de asilo e outros.

“Nomeadamente o «Código das Fronteiras Schengen» aprovado pelo Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho de 15-3-2006. O art. 20º deste Código assegura a inexistência de controlos de pessoas, quando estas passarem as fronteiras internas da União bem como a criação de um espaço no qual a livre circulação das pessoas é garantida. A referida disposição enuncia o princípio geral segundo o qual qualquer pessoa, independentemente da sua nacionalidade, pode passar as fronteiras internas entre os Estados-Membros do acervo de Schengen, em qualquer local, sem que sejam efectuados controlos de fronteira.”⁵

Para os países que fazem parte do espaço Schengen há um conjunto de regras comuns a serem aplicadas, além da abolição dos controlos de fronteiras internas, também aplicam-se regras comuns de emissão de vistos e condições de estadas de curta duração, de procedimentos de passagem das fronteiras externas, obrigações das transportadoras, responsabilidade para apreciação de pedidos de asilo, organização de trânsito nos

⁵ CAMPOS. João Mota de, e outros – “Manual de Direito Europeu”, Coimbra Editora, ISBN 978-972-32-2209-8, 2014, p. 561.

aeroportos em função da proveniência de passageiros, cooperação judiciária e policial e participação na criação, manutenção e exploração do Sistema de Informações Schengen. Essas regras pertencem ao Acervo Schengen, que obriga os Estados participantes ao seu cumprimento, com excepção daqueles que tenham requisitado alguma reserva, como a Dinamarca, por exemplo.⁶

Artigo 2º, nº 10, do Regulamento (CE) nº 562/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2006, que estabelece o código comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen): “os controlos efectuados nos pontos de passagem de fronteira, a fim de assegurar que as pessoas, incluindo os meios de transporte e os objectos na sua posse, podem ser autorizadas a entrar no território dos Estados-Membros ou autorizadas a abandoná-lo.”

Portanto, dentro dos territórios Schengen não há controlo nos postos de fronteira das pessoas que circulam por este espaço, somente há controlo se uma pessoa provenha ou se destine a territórios que não fazem parte do espaço Schengen.

Visto é uma autorização emitida por um posto consular de Portugal no território nacional do interessado, com vista à entrada em Portugal. No caso de vistos Schengen, estes podem ser emitidos por Portugal ou por outro Estado Schengen, destinando-se apenas a estadias de curta duração, previstas em diversos Estados Schengen, não podendo no total exceder 3 meses.

Para um estrangeiro entrar em território português, além de ter de portar um documento com validade superior a pelo menos três meses da duração da estada pretendida, também precisa possuir um visto válido e adequado à finalidade da estada. Este visto deve ser solicitado antes do estrangeiro vir a Portugal, em um posto consular português em seu país de origem. Ainda, o estrangeiro deve dispor de meios de subsistência suficientes para o período em que pretende ficar em território português e não estar inscrito no Sistema Integrado de Informações do SEF nem no Sistema de Informação Schengen.

As condições para a concessão de vistos em Portugal estão regulamentadas no artigo 52º da Lei nº 23/2007:

⁶ PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, Coimbra Editora, ISBN 9789723215625, 2008, p. 63.

Só são concedidos vistos de residência, de estada temporária e de curta duração a nacionais de Estados terceiros que preencham as seguintes condições gerais:

- a) Não tenham sido sujeitos a uma medida de afastamento do País e se encontrem no período subsequente de interdição de entrada em território nacional;
- b) Não estejam indicados para efeitos de não admissão no Sistema de Informação Schengen por qualquer das Partes Contratantes;
- c) Não estejam indicados para efeitos de não admissão no Sistema Integrado de Informações do SEF, nos termos do artigo 33.º;
- d) Disponham de meios de subsistência, tal como definidos por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna e da solidariedade social;
- e) Disponham de um documento de viagem válido;
- f) Disponham de um seguro de viagem.

Importante ressaltar que, para a concessão de visto de residência para exercício de actividade profissional subordinada ou independente, de visto de residência para estudo, intercâmbio de estudantes, estágio profissional ou voluntariado, de visto de estada temporária e de visto de curta duração também é exigido um título de transporte que assegure o retorno ao seu país de origem.⁷

b. Tipos de Vistos

Visto de curta duração (artigo 51º Lei nº 23/2007)

O visto de curta duração permite a entrada do estrangeiro em território português para fins de trânsito, turismo, visita ou acompanhamento de familiares que sejam titulares de visto de estada temporária. Entretanto, o Regulamento nº 539/2001, do Conselho, de 15 de Março de 2001, fixou uma lista com os nacionais de países terceiros que estão

⁷Artigo 52º, nº 2, da Lei nº 23/2007, de 4 de Julho.

obrigados a requerer este visto e uma lista dos que estão isentos desta obrigação. A lista dos países isentos também pode ser encontrada na própria página do SEF online.⁹

Os requerentes deste tipo de visto só precisam provar o objectivo da viagem e as condições para sua estada.

O limite de validade desse visto é de um ano, mas a estada total não pode ser maior de três meses por semestre. Deve-se ter em conta também que este prazo começa a contar a partir da entrada de uma fronteira externa, que pode ser a de qualquer Estado-Membro.

Visto de estada temporária (artigo 54º Lei nº 23/2007)

O visto de estada temporária permite a entrada do seu titular para:

- Tratamento médico em estabelecimentos de saúde oficiais ou oficialmente reconhecidos;
- Acompanhamento familiar sujeito a tratamento médico titular de visto de estada temporária;
- Transferência de cidadãos nacionais de Estados Partes na Organização Mundial de Comércio, no contexto da prestação de serviços ou da realização de formação de profissional em território português.
- Exercício de uma atividade profissional subordinada de carácter temporário ou não, cuja duração não seja superior a seis meses;
- Exercício de uma atividade de investigação científica em centros de investigação, ou de uma atividade docente num estabelecimento de ensino superior ou ainda, uma atividade qualificada durante um período inferior a um ano.
- Exercício de uma atividade desportiva certificada pela respectiva federação;
- Permanecer em Portugal por períodos superiores a três meses, em casos excepcionais, devidamente fundamentados, por frequência em programa de estudo em estabelecimento de ensino, intercâmbio de estudantes, estágio

⁹Lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos da obrigação de visto para transporem as fronteiras externas. Disponível em http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/apoioCliente/popup.aspx?id_linha=5959

profissional não remunerado ou voluntariado, de duração igual ou inferior a um ano;

- Cumprimento de compromissos internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio e dos decorrentes de convenções e acordos internacionais que Portugal seja parte.

Este visto é válido por três meses e para múltiplas entradas em território português, porém também é possível a obtenção deste visto por período superior a três meses, em casos excepcionais, devendo ser fundamentado o motivo do prolongamento.

A concessão desse visto para cidadãos nacionais de Estados Partes da Organização Mundial do Comércio depende da verificação de algumas condições listadas abaixo (artigo 55º):

a) A transferência tem de efectuar-se em estabelecimentos de uma mesma empresa ou mesmo grupo de empresas, devendo o estabelecimento situado em território português prestar serviços equivalentes aos prestados pelo estabelecimento de onde é transferido o cidadão estrangeiro;

b) A transferência tem que referir-se a sócios ou trabalhadores subordinados, há pelo menos um ano, no estabelecimento situado noutro Estado Parte da Organização Mundial do Comércio, que se incluam numa das seguintes categorias:

i) Os que, possuindo poderes de direcção, trabalhem como quadros superiores da empresa e façam, essencialmente, a gestão de um estabelecimento ou departamento, recebendo orientações gerais do conselho de administração;

ii) Os que possuam conhecimentos técnicos específicos essenciais à actividade, ao equipamento de investigação, às técnicas ou à gestão da mesma;

iii) Os que devam receber formação profissional no estabelecimento situado em território nacional.

Documentos necessários

- Pedido de visto apresentado junto ao posto consular no país de residência habitual, impresso e assinado pelo requerente

- Duas fotografias tipo passe
 - Passaporte válido
 - Certificado do registo criminal do país da nacionalidade do requerente
 - Requerimento para consulta do Registo Criminal português
 - Comprovativo dos meios de subsistência
 - Seguro de viagem válido¹⁰
- a) Caso o requerente tenha sido admitido como investigador deverá apresentar a promessa ou contrato de trabalho; ou a proposta escrita ou contrato de prestação de serviços; ou a bolsa de investigação científica.
- b) Caso o visto seja destinado a uma atividade docente num estabelecimento de ensino superior ou uma atividade altamente qualificada, o requerente deverá apresentar a promessa de trabalho ou contrato; ou a proposta escrita ou contrato de prestação de serviços.¹¹

O prazo para a decisão sobre o pedido de visto é de 30 dias.

O visto de estada temporária permite ao seu titular o exercício de uma atividade de investigação científica, de uma atividade docente num estabelecimento de ensino superior ou de uma atividade qualificada durante um tempo inferior a um ano.

O visto é válido para múltiplas entradas em Portugal e uma permanência inicial de três meses. Depois de passados estes três meses, apresenta-se um pedido de prorrogação de permanência antes da validade do visto.

Visto de Residência

O visto de residência destina-se a permitir ao seu titular a entrada em território português a fim de solicitar a autorização de residência. (Artigo 58º). O visto de residência não é o próprio direito de residência, a obtenção do visto é um requisito para a obtenção da autorização de residência.

Visto de residência para exercício de actividade profissional subordinada

¹⁰ Disponível em <http://www.sef.pt>

¹¹ Disponível em <http://www.sef.pt>

Artigo 59º, nº 1 - A concessão de visto para obtenção de autorização de residência para exercício de actividade profissional subordinada depende da existência de oportunidades de emprego, não preenchidas por nacionais portugueses, trabalhadores nacionais de Estados membros da União Europeia, do Espaço Económico Europeu, de Estado terceiro com o qual a Comunidade Europeia tenha celebrado um acordo de livre circulação de pessoas, bem como por trabalhadores nacionais de Estados terceiros com residência legal em Portugal.

O Instituto do Emprego e da Formação Profissional, e também os departamentos de cada região autónoma, mantêm um sistema de informação permanentemente actualizado e acessível ao público, através da Internet, das ofertas de emprego abrangidas, divulgando-as.

Pode ser emitido visto de residência para exercício de actividade profissional subordinada aos nacionais de Estados terceiros que preencham as condições gerais e que:

- a) Possuam contrato ou promessa de trabalho,
- b) Possuam habilitações, competências ou qualificações reconhecidas e adequadas para o exercício de uma actividade e beneficiem de uma manifestação individualizada de interesse da entidade empregadora.

No caso de ser beneficiário de uma manifestação individualizada de interesse de entidade empregadora não há, a princípio, uma garantia de emprego.

“Assim sendo, a lei requer requisitos adicionais, exigindo condições que potenciem a concretização, através de contrato de trabalho, da referida manifestação de interesse. Essas condições se traduzem na posse de habilitações, competências ou qualificações reconhecidas e adequadas para o exercício de uma das actividades abrangidas pelas oportunidades de emprego. De ter em conta, naturalmente, que as habilitações, competências ou qualificações tem que se situar no âmbito da

actividade a que se refere a manifestação de interesse da entidade empregadora, e não apenas das diversas oportunidades de emprego.”¹²

Visto de residência para exercício de atividade profissional independente ou para imigrantes empreendedores(Artigo 60º)

O visto para obtenção de autorização de residência para exercício de actividade profissional independente pode ser concedido ao nacional de Estado terceiro que:

a) Tenha contrato ou proposta escrita de contrato de prestação de serviços no âmbito de profissões liberais; e

b) Se encontre habilitado a exercer a actividade independente, sempre que aplicável.

É concedido visto de residência para os imigrantes empreendedores que pretendam investir em Portugal, desde que:

a) Tenham efectuado operações de investimento; ou

b) Comprovem possuir meios financeiros disponíveis em Portugal, incluindo os decorrentes de financiamento obtido junto de instituição financeira em Portugal, e demonstrem, por qualquer meio, a intenção de proceder a uma operação de investimento em território português.

No caso de exercer atividade independente, é necessária a habilitação para esta atividade, e além dessa exigência, é também preciso que o estrangeiro preencha os requisitos do artigo 52º.

No caso de empreendedores que pretendem investir em Portugal é necessário que o requerente tenha efetuado operações de investimento ou que demonstre a intenção de fazer este investimento em Portugal. Contudo, somente a intenção não é

¹² PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 224.

suficiente para a obtenção do visto, é preciso provar a disponibilidade dos meios financeiros que serão usados no investimento.

Visto de residência para atividade de investigação ou altamente qualificada

Artigo 61º. 1 - É concedido visto de residência para efeitos de realização de investigação científica a nacionais de Estados terceiros que tenham sido admitidos como estudantes de ensino superior ao nível de doutoramento ou como investigadores a colaborar num centro de investigação reconhecido pelo Ministério da Educação e Ciência, nomeadamente através de contrato de trabalho ou promessa de contrato de trabalho, de um contrato ou proposta escrita de prestação de serviços ou de uma bolsa de investigação científica.

2 - É igualmente concedido visto de residência para o exercício de uma actividade docente num estabelecimento de ensino superior ou uma actividade altamente qualificada a nacionais de Estados terceiros que disponham de adequada promessa de contrato ou de um contrato de prestação de serviços.

Documentos comuns:

- Pedido de visto apresentado junto de posto consular no país de residência habitual ou no país da área de jurisdição consular do Estado de residência, em impresso próprio, assinado pelo requerente;
- Duas fotografias iguais, tipo passe, a cores e fundo liso, atualizadas e com boas condições de identificação;
- Passaporte ou outro documento de viagem válido reconhecido;
- Certificado do registo criminal do país da nacionalidade do requerente ou do país em que este resida há mais de um ano;
- Requerimento para consulta do Registo Criminal português;
- Comprovativo de meios de subsistência;

- Seguro de viagem válido, que permita cobrir as despesas necessárias por razões médicas, incluindo assistência médica urgente e eventual repatriamento¹³.

Documentos específicos:

• Documento comprovativo de que requerente tenha sido admitido a colaborar como investigador num centro de investigação, reconhecido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nomeadamente:

- ✓ promessa ou contrato de trabalho; ou
- ✓ proposta escrita ou contrato de prestação de serviços; ou
- ✓ bolsa de investigação científica.

Para o exercício de uma atividade docente num estabelecimento de ensino superior ou uma atividade altamente qualificada, deverá ser apresentada:

- Adequada promessa ou contrato de trabalho; ou
- Adequada proposta escrita ou contrato de prestação de serviços.¹⁴

Prazo para decisão sobre o pedido de visto: 30 dias

O visto de residência é válido para duas entradas em Portugal e habilita o seu titular a uma permanência de quatro meses.

Um eventual pedido de prorrogação de permanência apresentado por um titular de visto de residência deve ser acompanhado de comprovativo do pedido de concessão de autorização de residência.¹⁵

Visto de residência para estudo, intercâmbio de estudantes, estágio profissional ou voluntariado (Artigo 62º)

Para a obtenção do visto neste caso é preciso que o requerente possua documento de viagem, cuja validade cubra pelo menos a duração prevista da estada em território português. Se o requerente for menor de idade deve apresentar autorização dos pais.

¹³ Disponível em <http://www.sef.pt>

¹⁴ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. SEF. Portal SEF. <http://www.sef.pt>

¹⁵ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. SEF. Portal SEF. <http://www.sef.pt>

1) Concessão de autorização de residência para estudo no ensino secundário e para o ensino superior:

Para além das condições gerais acima referidas, o nacional de Estado terceiro que requeira visto de residência para frequência do ensino secundário deve: (Artigo 62º, nº 5)

a) Ter a idade mínima e não exceder a idade máxima fixadas por portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna e da Educação;

b) Ter sido aceite num estabelecimento de ensino secundário, podendo a sua admissão realizar-se no âmbito de um programa de intercâmbio de estudantes do ensino secundário realizado por uma organização reconhecida pelo Ministério da Educação para este efeito;

c) Ser acolhido durante o período da sua estada por família que preencha as condições fixadas no programa de intercâmbio de estudantes do ensino secundário em que participa ou ter o seu alojamento assegurado.

Para além das condições gerais acima referidas, o nacional de Estado terceiro que requeira visto de residência para frequência do ensino superior deve:

a) Preencher as condições de admissão num estabelecimento de ensino superior para esse efeito.

2) Concessão de autorização de residência para frequência de estágio profissional

Para além das condições acima referidas, o nacional de Estado terceiro que requeira visto de residência para frequência de estágio profissional deve ter sido aceite como estagiário não remunerado numa empresa ou num organismo de formação profissional oficialmente reconhecido. (Artigo 62º, nº 6)

3) Concessão de autorização de residência para frequência de um programa de voluntariado

Para além das condições gerais acima referidas, para obtenção de autorização de residência para participação num programa de voluntariado deve é preciso ter a idade

mínima fixada por portaria do Ministro da Administração Interna, e ainda, ter sido admitido por uma organização responsável em Portugal pelo programa de voluntariado em que participe, oficialmente reconhecida. (Artigo 62º, nº 7)

Visto de residência no âmbito da mobilidade dos estudantes do ensino superior (Artigo 63º)

Ao nacional de Estado terceiro que resida como estudante do ensino superior num Estado-Membro da União Europeia e que se candidate a frequentar em Portugal parte de um programa de estudos já iniciado ou a complementá-lo com um programa de estudos afins é concedido visto de residência num prazo que não impeça o prosseguimento dos estudos em causa, e nunca superior a 60 dias, desde que:

- a) Preencha as condições gerais acima referidas;
- b) Participe num programa de intercâmbio comunitário ou bilateral ou tenha sido admitido como estudante num Estado membro durante um período não inferior a dois anos.

A solicitação deste visto depende da existência de programas de intercâmbio estudantil ou de convénios entre estabelecimentos de ensino que permitam essa mobilidade entre instituições. Exige-se uma relação de complementaridade entre os estudos.¹⁶

Visto de residência para efeitos de reagrupamento familiar (Artigo 64º)

Sempre que, no âmbito da instrução de um pedido de visto de residência para efeitos de reagrupamento familiar, o SEF emitir parecer favorável nos termos da presente lei, deve ser facultado aos requerentes um visto de residência para permitir a entrada em território nacional.¹⁷

c. Residência em Território Nacional

A autorização de residência pode ser temporária ou permanente. (Artigo 74º)

A autorização de residência temporária é concedida para o exercício de determinadas atividades de natureza temporária, como para estudos, estágio, voluntariado, ou seja,

¹⁶ PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 237.

¹⁷ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. SEF. Portal SEF. <http://www.sef.pt>

existe esse pressuposto de uma determinada vocação em território nacional. Decorrido um período de cinco anos e comprovados os requisitos exigidos por lei, é emitida a autorização permanente.¹⁸

Já a autorização de residência permanente não está ligada a uma finalidade específica, o seu titular pode exercer qualquer atividade lícita.¹⁹

Segundo o artigo 84º, o título de residência serve de documento de identificação.

Autorização de Residência Temporária (Artigo 75º)

Segundo o artigo 75º, a autorização de residência temporária é válida por um ano e é renovável por períodos sucessivos de dois anos. Entretanto, este período pode ser diferente, bem como a validade das prorrogações, dependendo do caso, como para estudo, estágio não remunerado, voluntariado, membros da família de residente ou atribuídas a vítimas de crimes de tráfico de pessoas ou auxílio à emigração clandestina, os quais estão elencados nos artigos 91º a 109º.

Como o título de residência é o documento de identificação, o nº 2 do artigo 75º impõe que este seja renovado sempre que houver alteração de quaisquer elementos registados, como a morada, por exemplo.

Autorização de Residência Permanente (Artigo 76º)

Artigo 76º. (Autorização de residência permanente)

1 – A autorização de residência permanente não tem limite de validade.

2 – O título de residência deve, porem, ser renovado de cinco em cinco anos ou sempre que se verifique a alteração dos elementos de identificação nele registados.

3 – No pedido de renovação de autorização, o titular fica dispensado de entregar quaisquer documentos já integrados no fluxo de trabalho eletrónico usado pelo SEF.

“Uma vez obtido o direito de residência permanente, o mesmo mantém-se indefinidamente, a não ser que ocorra alguma das situações previstas no artigo 85º,

¹⁸ PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 264-265.

¹⁹ *Idem*, p. 265.

hipótese em que tal direito se extingue, com o cancelamento da autorização de residência.”²⁰

No entanto, o título deve ser renovado, a cada 5 anos, ou sempre que houver alguma alteração dos seus dados, para manter-se atualizado, uma vez que é o documento de identificação oficial.

O número 3 do artigo 76º da Lei 23/2007 traz uma facilidade ao estrangeiro, deixando ao SEF o controlo dos estrangeiros e seus documentos já entregues.

"O n.º 3 pretende introduzir uma nota desbucratizante da actividade do SEF, facilitando ao mesmo tempo os procedimentos para o cidadão estrangeiro. De facto, competindo ao SEF o controlo dos cidadãos estrangeiros em território nacional e tendo um registo de residentes, não teria sentido exigir aos requerentes de autorização de residência elementos que já constam do próprio serviço, aos quais o mesmo possa aceder por via eletrónica.”²²

Pedido de Reagrupamento Familiar (Artigo 103º)

O pedido de reagrupamento familiar deve ser apresentado pelo titular quando os familiares se encontrem fora do território português ou pelos próprios familiares quando estes estiverem em território nacional, estejam do titular dependentes ou coabitem com ele.

Para efetuar o pedido é exigida prova da relação familiar ou união de facto bem como autorização de residência do requerente válida por período igual ou superior a um ano, morada e condições de subsistência.

Segundo o artigo 104º, o SEF tem possibilidade de investigar as condições do reagrupamento, especialmente ao que se refere à existência efetiva de uma relação familiar.

O SEF tem prazo de 3 meses para decidir sobre o pedido.

Residência dos membros da família (Artigo 107º)

²⁰PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 267.

²²PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 267.

Este artigo transpõe o artigo 13º, nº 2, da Directiva 2003/86/CE:

Artigo 13º

1. Logo que o pedido de entrada para efeitos de reagrupamento familiar seja deferido, o Estado-Membro em causa deve permitir a entrada do familiar ou familiares. Posto isso, o Estado-Membro em causa deve facilitar a essas pessoas a obtenção dos vistos necessários.

2. O Estado-Membro em causa deve emitir, em favor dos familiares, uma primeira autorização de residência de validade não inferior a um ano. Essa autorização de residência deve ser renovável.

3. O prazo de validade das autorizações de residência concedidas aos familiares não excede, em princípio, a data de validade da autorização de residência de que é titular o requerente do reagrupamento.

O número 1 do artigo 107º da Lei 23/2007 estabelece que a autorização de residência do familiar é igual à do residente.

Para evitar fraudes, ou seja, que a relação familiar seja com o único propósito de obter a autorização de residência, a lei determina que o familiar não obtém de imediato o título de residente, ficando por dois anos a depender do titular de direito.

Caso ocorra fraude, ou seja, quando a relação familiar, casamento, união de facto ou adoção teve o único fim de permitir à pessoa interessada entrar ou residir noutro país, é possível cancelar a autorização de residência, nos termos do artigo 108º.

Autorização de Residência a Vítimas de Tráfico de Pessoas ou de Ação de Auxílio à Imigração Ilegal (Artigo 109º)

Este artigo é uma transposição da Directiva 2004/81/CE, do Conselho, de 29 de Abril de 2004, que estabelece um instrumento para o combate ao tráfico de pessoas e o auxílio à imigração ilegal e também à proteção de suas vítimas.

Considerando (9) da Directiva 2004/81/CE:

A presente directiva instaura um título de residência destinado às vítimas do tráfico de seres humanos ou, se um Estado-Membro decidir tornar extensivo o âmbito de aplicação da presente directiva aos nacionais de países terceiros que tenham sido objecto de uma acção de auxílio à imigração ilegal e para os quais a concessão do título de residência constitua um incentivo suficiente para cooperarem com as autoridades competentes, prevendo ao mesmo tempo determinadas condições destinadas a evitar abusos

Essas autorizações de residência têm um período limitado, em função do interesse que seus beneficiários representam para as investigações e restantes procedimentos judiciais relacionados com esses casos e também da necessidade de protecção dessas pessoas.²³

Autorização de Residência a Titulares do Estatuto de Residente de longa duração em outro Estado-Membro da União Europeia

Artigos 116º a 121º da Lei 23/2007.

Esta secção estabelece o direito de residência de pessoas nacionais de Estados terceiros que tenham já obtido a autorização de residência de longa duração em algum dos Estados-Membros da União Europeia.

“O estatuto dos residentes de longa duração tem a sua base jurídica na Directiva 2003/109/CE, do Conselho, de 25 de Novembro de 2003, cuja transposição para o direito nacional foi operada pelo presente diploma.”²⁴

A finalidade da Directiva é, tendo em conta a progressiva criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça, conferir aos residentes de longa duração um regime idêntico ao regime de que beneficiam os cidadãos da União Europeia e familiares, no respeito pelo princípio da não discriminação.

Nesta secção também se inclui, no artigo 118º, o direito de reagrupamento familiar aos estrangeiros que tenham obtido a autorização de residência ao abrigo do artigo 116º.

²³ PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 350.

²⁴ PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 375.

Contudo, segundo o artigo 119º, o pedido de residência sempre pode ser indeferido quando a pessoa requerente possa ser uma ameaça para a ordem pública ou para a segurança pública. A redação da lei é quase idêntica ao artigo 17º da Directiva 2003/109/CE neste assunto.

Autorização de Residência em Casos Especiais

Artigos 122º a 124º da Lei 23/2007.

O artigo 122º elenca os casos em que não é necessário o visto para a obtenção da autorização de residência.

“O art. 122º contempla o conjunto de situações especiais que, na óptica do legislador, justificam um tratamento mais benévolo para concessão de autorização de residência. Trata-se de um elenco de situações que começou a ser formulado, com muito pouca abertura, no art. 87º do DL nº 244/98, de 8 de Agosto, e que foi sendo alargado pelos diplomas subsequentes, de acordo com a experiência portuguesa, em matérias de imigração, que verdadeiramente só assumiu dimensão significativa a partir de meados dos anos 90.”²⁵

Atualmente o artigo 122º estabelece onze casos para a obtenção da residência sem a necessidade de possuir o visto.

Estatuto do Residente de Longa Duração

Esse Estatuto foi aprovado pela Directiva 2003/109/CE, do Conselho, de 25 de Novembro de 2003 e foi então inserido na lei nacional.

“Este estatuto, para além do que representa como instrumento de coesão económica e social, é mais um passo no sentido do progressivo estreitamento do fosso que separa o estatuto dos nacionais da União Europeia e os residentes no espaço da União, nacionais de Estados terceiros, assim se dando também realização ao princípio da não discriminação, consagrado no art. 21º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.”²⁶

²⁵ PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 407.

²⁶ PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 415.

A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia estabelece um conjunto de direitos, princípios e proibições que expressam os valores em que assenta uma vasta comunidade, e que tem como pressuposto o respeito pela dignidade da pessoa, da liberdade, da igualdade e da solidariedade. Constitui por isso, ponto de referencia em todas as questões que envolvam direitos fundamentais.

No artigo 125º da Lei 23/2007 estão elencados quem são os beneficiários do estatuto de residente de longa duração. E no artigo 126º, as condições para que seja concedido este estatuto.

“Com base no princípio da não discriminação e com vista à execução de uma política de coesão, pretende-se conceder a estes residentes um estatuto que aproxime a sua situação da dos nacionais dos Estados-Membros, mas tal obrigação apenas se impõe em relação a quem tenha um sentimento de pertença à vasta comunidade que o conjunto dos Estados-Membros representa.”²⁷

Nos termos do artigo 127º, entretanto, o estatuto do residente de longa duração pode ser recusado por razões de ordem pública ou segurança pública. Isto foi retirado da Directiva 2003/109/CE, do Conselho, de 25 de Novembro de 2003, artigo 6º. Ainda, nesta mesma Directiva, o considerando 8 especifica o seguinte:

“Além disso, os nacionais de países terceiros que pretendam adquirir e manter o estatuto de residente de longa duração não deverão constituir uma ameaça para a ordem pública ou a segurança pública. O conceito de ordem pública poderá abranger uma condenação por prática de crime grave.”

Tanto o nº 2, do artigo 127º da Lei 23/2007, como o considerando 9 da Directiva mencionada acima estabelecem que a recusa só pode se basear em ameaça a ordem ou segurança pública, não podendo ser baseada em razões económicas.

Somente o SEF pode conceder ou recusar o estatuto de longa duração, além do mesmo fazer todo o procedimento.

²⁷ PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 440.

Procedimento para aquisição do estatuto do residente de longa duração (Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de Novembro, alterado pelo Decreto regulamentar n.º 2/2013, de 18 de Março)

Artigo 74.º

1 - O pedido de concessão do estatuto de residente de longa duração previsto no n.º 1 do artigo 125.º ou no n.º 1 do artigo 121.º-J da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, republicada em anexo à Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, é formulado em impresso próprio, de modelo aprovado por despacho do diretor nacional do SEF e assinado pelo requerente ou, quando se trate de menor ou de incapaz, pelo seu representante legal, devendo ser apresentado presencialmente junto da direção ou delegação regional do SEF da área de residência do interessado e instruído com os seguintes documentos:

- a) Documento de viagem válido ou cópia autenticada do mesmo;
- b) Documento comprovativo de que dispõe de recursos estáveis e regulares, em conformidade com o disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 6 do artigo 126.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, republicada em anexo à Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto;
- c) Comprovativo de que dispõe de alojamento;
- d) Cópia do contrato de seguro de saúde ou comprovativo de que se encontra abrangido pelo Sistema Nacional de Saúde;
- e) Requerimento para consulta do registo criminal português pelo SEF;
- f) Documento comprovativo do destacamento, nas situações a que se refere o n.º 5 do artigo 126.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, republicada em anexo à Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto;
- g) Quando aplicável, certificado de habilitações emitido por estabelecimento português de ensino oficial ou de ensino particular ou cooperativo reconhecido nos termos legais, certificado de aproveitamento no curso de português básico emitido pelo IEFP, I.P., ou por estabelecimento de ensino oficial ou de ensino particular ou cooperativo legalmente reconhecido, ou ainda, certificado de conhecimento de português básico, mediante a realização de teste em centro de avaliação de português como língua estrangeira, reconhecido pelo Ministério da Educação e Ciência.

2 - O pedido é, ainda, instruído com informação necessária para verificação do cumprimento das obrigações fiscais e perante a segurança social, obtida nos termos do n.º 9 do artigo 212.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, republicada em anexo à Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto.

3 - Aos cidadãos estrangeiros a quem seja concedida o estatuto de residente de longa duração é emitido um título de residência, nos termos dos artigos 121.º-J ou 130.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, republicada em anexo à Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto, válido por cinco anos.

Importante ressaltar o artigo 133º que impõe o princípio igualdade, ou seja, uma igualdade de tratamento perante os nacionais e os beneficiários do estatuto em certos casos.

“O princípio da igualdade de tratamento dos residentes de longa duração, em determinadas matérias, em relação aos cidadãos nacionais, é um dos aspectos mais importantes da Directiva 2003/109/CE.”²⁸

d. Afastamento do Território Nacional

O artigo 134º da Lei 23/2007 estabelece os fundamentos pelos quais um cidadão estrangeiro possa ser expulso do território português.

A expulsão do cidadão estrangeiro é um ato unilateral de afastamento do estrangeiro tomado por uma Estado membro e que genericamente visa a prevenção e repressão de uma ameaça que a presença daquele represente para a ordem pública ou para a segurança pública ou outro interesse fundamental do Estado, além de também servir para sancionar a entrada e permanência ilegais em território nacional.²⁹

Por estar em causa a situação de um cidadão estrangeiro, resulta do artigo 134º que, prioritariamente, terá que atender-se às convenções internacionais de que Portugal seja parte em matéria de expulsão.

“A expulsão carece de uma realidade material concreta que atinja o cerne da previsão das situações de facto taxativamente consignadas neste artigo.”³⁰

Portanto, a expulsão tratada pelo artigo 134º se refere ao cidadão de estado terceiro que seja criminoso ou indesejável por motivos que vão contra os valores defendidos pela lei.

Se o cidadão estrangeiro for nacional de outro Estado-Membro da União Europeia, ele recebe outro tipo de proteção. O direito de livre circulação e residência dos cidadãos da

²⁸ PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 458.

²⁹ *Idem*, p. 499.

³⁰ *Idem*, p. 460.

União só pode ser restringido por razões de ordem pública, segurança pública ou de saúde pública, conforme artigo 22º da Lei 37/2006, de 9 de Agosto.

O afastamento do território nacional importa:

- O cancelamento dos vistos;
- O cancelamento da autorização de residência;
- Perda do estatuto de residente de longa duração.

Entretanto, o artigo 135º impõe limites à expulsão taxando os casos em que os cidadãos estrangeiros não possam ser expulsos:

- Tenham nascido em território português e aqui residam;
- Tenham efetivamente a seu cargo filhos menores de nacionalidade portuguesa a residir em Portugal;
- Tenham filhos menores, nacionais de Estado terceiro, residentes em território português, sobre os quais exerçam efetivamente o poder paternal e a quem assegurem o sustento e a educação;
- Que se encontrem em Portugal desde idade inferior a 10 anos e aqui residam.

Contudo, o artigo 136º consagra uma proteção especial ao residente de longa duração contra as medidas de expulsão do artigo 134º, pois o residente de longa duração já possui uma integração social e familiar em território nacional.

Somente no artigo 137º é que estão estabelecidas as hipóteses em que o residente de longa duração pode ser expulso pelo Estado português.

O número 1 deste artigo diz que o titular do estatuto de longa duração concedido por outro Estado-Membro da União Europeia pode ser expulso se permanecer ilegalmente em território português. Neste caso, a pessoa será expulsa para o país de origem ou para o Estado-Membro que concedeu o estatuto.

“Importa recordar que a expulsão assim determinada por Portugal implica a readmissão do expulsado, imediatamente e sem formalidades, pelo Estado-Membro que lhe havia concedido o estatuto de residente de longa duração, tal como prescreve o artigo 22º, nº 2 da Directiva 2003/109/CE. Isto é, o 2º Estado membro não pode recusar-se receber o

indivíduo em questão face à proteção de que ele é merecedor só pelo facto de beneficiar do estatuto de residente de longa duração no território desse país.”³¹

O artigo 140º determina que a expulsão pode ser judicial, tomada por um tribunal ou administrativa, tomada pelo Diretor do SEF.

A lei, entretanto, não especifica o país de destino da pessoa expulsa, apenas institui algumas regras para onde ela não pode ser expulsa, no artigo 143º, basicamente por razões humanitárias. Assim, fica determinado que ninguém pode ser expulso para um país onde possa ser perseguido, sofrer tortura, tratamento desumano ou degradante.

Nesse mesmo sentido temos o artigo 3º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem: “Ninguém pode ser submetido a tortura, nem a penas ou tratamentos desumanos ou degradantes.”

Caso seja esta a situação do expulsado, o número 3 do artigo 143º determina que o mesmo seja encaminhado para outro país que o aceite.

Se um cidadão estrangeiro for expulso de território português, ele não pode entrar novamente por um período de, no mínimo, 5 anos, nos termos do artigo 144º. Entretanto, se ele optou por afastamento voluntário, o prazo de afastamento cai para 3 anos.

Ainda, além da expulsão administrativa ou judicial e do abandono voluntário, também há outra medida de afastamento, conhecida como readmissão, no artigo 163º da Lei 23/2007.

A readmissão é o reenvio do cidadão estrangeiro que esteja em situação ilegal em território português e que esteja abrangido por Convenção Internacional de que Portugal seja parte. Caso o estrangeiro não esteja abrangido por uma convenção, então Portugal terá de efetuar o afastamento por processo de expulsão.

³¹ PEREIRA, Júlio A. C. PINHO, José Cândido de – “Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento”, p. 485.

e. Casos vistos no estágio

(Os nomes dos clientes foram ocultados por motivos de ética)

1) B é português e vive em Dubai com sua esposa. B e sua esposa se casaram há dois meses. B pretende requerer o cartão europeu para sua esposa para circularem pela Europa em viagem, continuando com residência em Dubai.

A esposa de B não tem direito de ter o cartão europeu pelo casamento, pois o prazo para a nacionalidade portuguesa por casamento é de 3 anos (artigo 3º da Lei da Nacionalidade), e nem por residência, uma vez que vivem em Dubai. A esposa de B pode vir à União Europeia e ficar aqui por um prazo de 3 meses (artigo 4º - Lei 37/2006). Se eles ficarem mais de três meses em território da União, ela pode pedir a autorização de residência, nos termos do artigo 15º da Lei 37/2006.

2) W é filho de mãe portuguesa naturalizada, cujos avós eram portugueses, casado com uma cidadã italiana e vivem em Lisboa há 6 meses.

W pretende requerer a nacionalidade portuguesa.

W não tem direito à nacionalidade portuguesa por sua mãe, pois ela era naturalizada. Contudo, ele tem direito a ter a autorização de residência por sua esposa ser cidadã da União e por estarem há mais de 3 meses em território português. (artigo 7º e 15º da Lei 37/2006).

O pedido de autorização de residência de W deve ser agendado junto ao SEF.

4. Nacionalidade Portuguesa

A nacionalidade representa o vínculo entre o indivíduo e o Estado, juntamente com o conjunto de direitos e deveres que a agregam.

“(…) Por seu lado, a noção de nacionalidade evoca preferentemente o vínculo, a ligação do indivíduo a uma das formas de agregação resultantes da humana sociabilidade: o Estado.”³²

a. Breve Histórico

O primeiro conjunto de fundamentos a respeito de nacionalidade encontra-se nas Ordenações Filipinas:

“É nas Ordenações Filipinas que encontramos pela primeira vez um conjunto de preceitos cuja finalidade se pode em última análise considerar ser a definição do agregado humano sobre que se exercia o Poder Real. Com efeito, o Título LV do Livro Segundo destas ordenações trata precisamente «das pessoas que devem ser havidas por naturais destes Reinos».”³³

Foi assim que deu início ao reconhecimento de que as pessoas nascidas no Reino ou filhos de pessoas do Reino seriam considerados nacionais deste. Portanto, foi como uma combinação do *ius sanguinis* com o *ius solis*.

Posteriormente a nacionalidade veio a ser regulamentada pela Constituição de 1822, Carta Constitucional de 1826 e Constituição de 1838, no período monárquico. As características destas leis fundamentais em relação ao vínculo de nacionalidade são basicamente as mesmas, consagrando também os princípios já presentes nas Ordenações.

“A regulamentação do vínculo da nacionalidade no ordenamento jurídico português, situada inicialmente nas Ordenações Filipinas, passaria, com o advento do regime liberal, para os textos constitucionais oitocentistas, vindo a ser acolhida a partir de 1867 no Código Civil. O trânsito referido não é indiferente, pois que se a inserção nas leis fundamentais

³² RAMOS, Rui Manuel Moura – “Estudos de Direito Português da Nacionalidade”, Coimbra Editora, 2013, ISBN 978-972-32-2135-0, p. 346.

³³ RAMOS, Rui Manuel Moura – “Estudos de Direito Português da Nacionalidade”, p. 12-13.

do nosso constitucionalismo monárquico traduz a caracterização do vínculo como um estatuto político do indivíduo-cidadão (é sintomático que se fale a esse propósito de cidadania), já a respectiva inclusão no Código Civil, sob a designação clássica de nacionalidade e a propósito da capacidade civil das pessoas, releva da concepção antropocêntrica a que obedecia o texto do visconde de Seabra.”³⁴

Com o Código de Seabra e depois na Lei nº 2098, o *ius sanguinis* foi reforçado, considerando português os filhos de pais portugueses ainda que nascidos no estrangeiro.

“Acentue-se ainda, e a este propósito que, com o Código de 1867 e depois também, e em maior medida, na Lei nº 2098, o *ius sanguinis* vê seu peso reforçado: o nascimento de progenitor português, ainda que ocorrido no estrangeiro, pode ser fundamento de atribuição, a título originário, da nacionalidade portuguesa; basta para tanto que com ele concorram outras circunstâncias que são tidas por demonstrativas da inserção do interessado na comunidade portuguesa. Quando esta evolução atinge seu ponto alto (na Lei nº 2098) vê-se assim que é suficiente a conjugação do *ius sanguinis* com a vontade do interessado para que este possa ser português a título originário.”³⁵

Assim, a legislação portuguesa segue os modelos europeus onde o *ius sanguinis* tem lugar dominante na determinação da nacionalidade.

Atualmente a nacionalidade portuguesa está regulamentada pela Lei nº 37/81, como mencionado anteriormente. Entretanto, a Lei Orgânica nº 2/2006, de 17 de Abril fez algumas alterações nessa lei, inclusive a reforçar o princípio do *ius solis*.

“A atribuição da nacionalidade portuguesa (forma de aquisição da nacionalidade que se distingue das demais pela circunstância de os seus efeitos se produzirem desde o nascimento, operando assim retroactivamente – vide art. 11º da Lei 37/81) encontra-se regulada no art. 1º da nossa lei, onde o legislador faz uma conjugação particular dos dois princípios (o do *ius sanguinis* e do *ius solis*), para além de fazer relevar outras ideias fundamentais como a da prevenção da apatridia, a do relevo da vontade dos

³⁴ RAMOS, Rui Manuel Moura – “Estudos de Direito Português da Nacionalidade”, p. 423.

³⁵ RAMOS, Rui Manuel Moura – “Estudos de Direito Português da Nacionalidade”, p. 60.

indivíduos na determinação do seu vínculo de nacionalidade e a da integração efectiva do interessado na comunidade portuguesa.”³⁶

b. Nacionalidade Originária

O que foi visto no estágio foi que, muito embora a atual versão da Lei da Nacionalidade que está em vigor seja a Lei Orgânica n.º 9/2015, de 29/07, esta versão não vem sendo aplicada ainda na prática, pois o seu Regulamento ainda não está em vigor, ainda que tenha sido recentemente aprovado.

Portanto, na nos casos práticos ainda está sendo utilizada a versão anterior desta lei.

Nos casos de pedido de nacionalidade vistos no estágio, a maior diferença entre as duas versões da Lei da Nacionalidade concerne aos netos de portugueses, por isso faço uma observação abaixo, do que vem sendo aplicado na prática.

Artigo 1.º - Nacionalidade Originária

1 – São portugueses de origem:

- a) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no território português;
- b) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se o progenitor português aí se encontrar ao serviço do Estado português;
- c) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se tiverem o seu nascimento inscrito no registo civil português ou se declararem que querem ser portugueses;
- d) Os indivíduos nascidos no estrangeiro com, pelo menos, um ascendente de nacionalidade portuguesa do 2.º grau na linha reta que não tenha perdido essa nacionalidade, se declararem que querem ser portugueses, possuírem laços efetivos à comunidade nacional e, verificados tais requisitos, inscreverem o nascimento no registo civil português;
- e) Os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui tiver residência, independentemente de título, ao tempo do nascimento;
- f) Os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respetivo

³⁶ RAMOS, Rui Manuel Moura – “Estudos de Direito Português da Nacionalidade”, p. 361.

Estado, se declararem que querem ser portugueses e desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há pelo menos cinco anos;

- g) Os indivíduos nascidos no território português e que não possuam outra nacionalidade.

2 – Presumem-se nascidos no território português, salvo prova em contrário, os recém-nascidos que aqui tenham sido expostos.

3 – A verificação da existência de laços de efetiva ligação à comunidade nacional, para os efeitos estabelecidos na alínea d) do nº 1, implica o reconhecimento, pelo Governo, da relevância de tais laços, nomeadamente pelo conhecimento suficiente da língua portuguesa e pela existência de contactos regulares com o território português, e depende de não condenação, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a 3 anos, segundo a lei portuguesa.

A nova versão da lei da nacionalidade concede aos descendentes de 2º grau em linha reta a faculdade de requererem a atribuição de nacionalidade portuguesa originária, o que na lei anterior não era possível, uma vez que esta apenas previa que os descendentes de 2º grau em linha reta peticionassem a aquisição - naturalização - de nacionalidade derivada.

Entretanto, esta alteração ainda não vem sendo aplicada na prática, aguarda-se que o Regulamento desta nova versão entre em vigor para poder ser aplicado nos casos de requerimento de nacionalidade portuguesa.

Nacionalidade Originária (como ainda é aplicada na prática)

O artigo 1º da Lei da Nacionalidade trata dos casos em que a nacionalidade é originária.

1 - São portugueses de origem:

- a) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no território português;
- b) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se o progenitor português aí se encontrar ao

serviço do Estado português;

c) Os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se tiverem o seu nascimento inscrito no registo civil português ou se declararem que querem ser portugueses;

d) Os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui tiver residência, independentemente de título, ao tempo do nascimento;

e) Os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respetivo Estado, se declararem que querem ser portugueses e desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há pelo menos cinco anos;

f) Os indivíduos nascidos no território português e que não possuam outra nacionalidade.

2 - Presumem-se nascidos no território português, salvo prova em contrário, os recém-nascidos que aqui tenham sido expostos.

Artigo 1º, nº 1 alínea a) da Lei da Nacionalidade

“São portugueses de origem: a) os filhos de mãe ou de pai português nascidos no território português.”

A declaração em registo civil deve ser feita até 20 dias, segundo o artigo 96º do Código de Registo Civil.

Nos casos de nascimento ocorrido há mais de 14 anos devem ser apresentadas duas testemunhas e, se possível, também o documento que comprove a exatidão da declaração. (Artigo 99º do Código de Registo Civil).

O assento de nascimento é a prova da nacionalidade originária portuguesa.

Artigo 1º, nº 1 alínea b) da Lei da Nacionalidade

“São portugueses de origem os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se o progenitor português aí se encontrar ao serviço do Estado Português.”

A declaração pode ser feita nos postos consulares portugueses no estrangeiro e a prova também é feita pelo assento de nascimento.

Artigo 1º, nº 1, alínea c) da Lei da Nacionalidade

“São portugueses de origem os filhos de mãe portuguesa ou de pai português nascidos no estrangeiro se tiverem o seu nascimento inscrito no registo civil português ou se declararem que querem ser portugueses.”

Neste caso, os maiores devem comprovar documentalmente que são filhos de pais portugueses.

Este registo também pode ser feito nos postos consulares de Portugal no estrangeiro.

O artigo 76º da Lei da Nacionalidade também prevê que se o requerimento tiver alguma deficiência, o requerente será convidado a suprir as deficiências existentes.

Para determinar a maioridade do requerente aplicam-se as normas de conflitos do direito internacional contidas nos artigos 25º, 31º, nº 1 e 32º do Código Civil e no artigo 28º da Lei da Nacionalidade.

É importante saber a lei aplicável no caso da maioridade para ter certeza de que o registando tem a capacidade para tal.

“Exemplo: se o registando nasceu no Brasil, mas reside habitualmente na África do Sul e, caso tenha dupla nacionalidade (brasileira e sul-africana), prevalece a nacionalidade sul-africana para efeito de definir se o mesmo é maior, por ser a residência habitual – artigo 28º da LN.

Na falta de residência habitual num dos Estados de que o interessado é nacional, será aplicável a lei do Estado com o qual o interessado mantém uma vinculação mais estreita.”³⁷

Artigo 1º, nº 1 alínea d) da Lei da Nacionalidade

“São portugueses de origem os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros se pelo menos um dos progenitores também aqui tiver nascido e aqui tiver residência, independentemente de título ao tempo do nascimento.”

Este artigo se aplica aos estrangeiros filhos de pais estrangeiros, se um dos pais tiver nascido em Portugal e tiver residência quando o filho nasceu. Além disso, este artigo só

³⁷ LOPES, Mário Filipe Monteiro – “Nacionalidade: notas práticas”, p. 28-29.

se aplica aos estrangeiros nascidos em Portugal após 8 de Outubro de 1981, data da entrada em vigor da Lei da Nacionalidade.

Não é necessário o progenitor ter título de residência em Portugal quando o filho nasceu, basta provar que residia aqui.

Vale ressaltar que qualquer conservatória é competente para eliminar a menção da nacionalidade estrangeira dos progenitores no registo de nascimento do interessado, por forma a que daí resulte a nacionalidade portuguesa do mesmo.³⁸

Artigo 1º, nº 1, alínea e) da Lei da Nacionalidade

“São portugueses de origem os indivíduos nascidos no território português filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respectivo Estado, se declarem que querem ser portugueses e desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores resida legalmente em Portugal, há pelo menos 5 anos.”

Este artigo também se aplica aos estrangeiros nascidos em Portugal após 8 de Outubro de 1981, data em que entrou em vigor a Lei mencionada, no caso em que os pais sejam estrangeiros mas já residam em Portugal há pelo menos 5 anos.

Para fazer o pedido de nacionalidade nesse caso é preciso juntar um documento emitido pelo SEF, que comprove que um dos pais reside legalmente em Portugal há pelo menos 5 anos e que não se encontrava a serviço do Estado estrangeiro de origem.

Artigo 1º, nº 1, alínea f) da Lei da Nacionalidade

“São portugueses de origem os indivíduos nascidos no território português e que não possuam outra nacionalidade.”

Este artigo diz respeito à apatridia, ou seja, a condição de uma pessoa não possuir nenhuma nacionalidade. Para que se possa lançar mão da faculdade prevista no artigo 1º, nº 1, alínea f, o requerente tem de provar que não possui qualquer nacionalidade, ou seja, que se encontra numa situação de apatridia.

O artigo 36º do Regulamento da Nacionalidade determina como deve ser feita a prova de apatridia:

³⁸ LOPES, Mário Filipe Monteiro – “Nacionalidade: notas práticas”, p. 47.

“A apatridia prova-se para fins do presente decreto-lei, pelos meios estabelecidos em convenção e, na sua falta, por documentos emanados das autoridades dos países com os quais o interessado tenha conexões relevantes, designadamente dos países de origem e da última nacionalidade ou da nacionalidade dos progenitores.”

Aquisição da Nacionalidade

Destaca-se primeiramente que o procedimento da aquisição da nacionalidade pode ser suspenso nos casos abaixo:

“O procedimento de aquisição da nacionalidade por efeito da vontade, por adopção ou por naturalização suspende-se durante o decurso do prazo de 5 anos a contar da data do trânsito em julgado de sentença que condene o interessado por crime previsto na lei portuguesa e em pena ou penas que, isolada ou cumulativamente, ultrapassem 1 ano de prisão. Com esta suspensão suspende-se também a contagem do prazo de 1 ano, de dedução de oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa, pelo Ministério Público. Artigo 13º, nº 1 e 2 e artigo 10º, nº 1 da Lei da Nacionalidade.”³⁹

Não só a filiação natural serve para a aquisição da nacionalidade portuguesa, como também a adotiva. Assim, também, além do casamento, a união de facto estabelece relação de família suficiente para adquirir a nacionalidade portuguesa. Estas disposições se encontram nos artigos 2º, 5º, 9º e 10º da Lei da Nacionalidade.

Uma observação: se uma pessoa adquire a nacionalidade portuguesa e possui filhos menores, eles também podem adquirir a nacionalidade, mesmo após o nascimento dos filhos.

1. Aquisição por casamento ou união de facto

Artigo 3º. Aquisição em caso de casamento.

1. O estrangeiro casado há mais de três anos com nacional português pode adquirir a nacionalidade portuguesa mediante declaração feita na constância do matrimónio.

³⁹ LOPES, Mário Filipe Monteiro – “Nacionalidade: notas práticas”, p. 69.

2. A declaração de nulidade ou anulação do casamento não prejudica a nacionalidade adquirida pelo cônjuge que o contraiu de boa fé.

3. O estrangeiro que, à data da declaração, viva em união de facto há mais de três anos com nacional português pode adquirir a nacionalidade portuguesa, após acção de reconhecimento dessa situação a interpor no tribunal cível.

Este artigo se aplica aos estrangeiros que coabitem com portugueses há mais de 3 anos, como se casados fossem, desde que tenha obtido sentença que reconheça a união de facto.

2. Aquisição por declaração após aquisição de capacidade

Artigo 4º. Os que hajam perdido a nacionalidade portuguesa por efeito de declaração prestada durante a sua incapacidade podem adquiri-la, quando capazes, mediante declaração.

Este artigo é aplicável ao estrangeiro que foi português, mas perdeu a nacionalidade portuguesa enquanto menor ou incapaz, por declaração de quem o representava na época. Ele, agora sendo capaz, pode voltar a adquirir a nacionalidade portuguesa, se o declarar e provar que não está abrangido por qualquer das circunstâncias que são fundamento de oposição elencados no artigo 9º da Lei da Nacionalidade.

Este artigo também pode ser usado por aqueles que era portugueses originários e perderam a nacionalidade portuguesa na menoridade por vontade de seus representantes.

3. Aquisição da nacionalidade por adoção

Artigo 5º. Aquisição por adopção plena

O adoptado plenamente por nacional português adquire a nacionalidade portuguesa.

O estrangeiro que foi adotado por português, após a entrada em vigor da Lei nº 37/81, de 3 de Outubro, adquire a nacionalidade portuguesa por efeito da própria lei.

“Se se verificar qualquer uma das circunstâncias que são fundamento de oposição à aquisição da nacionalidade é feita participação ao Ministério Público.”⁴⁰

O artigo 5º se aplica ao estrangeiro adotado plenamente por nacional português, por decisão transitada em julgado, após a entrada em vigor da Lei da Nacionalidade. Neste caso, a aquisição da nacionalidade decorre de mero efeito da lei e não está sujeita a registo próprio.

“Se a adoção tiver sido decretada por tribunal estrangeiro, só pode ser invocada para efeitos de aquisição da nacionalidade depois de ter sido revista e confirmada por Tribunal português, desde que lhe sejam reconhecidos no ordenamento jurídico em que foi proferida efeitos equiparados aos da adoção plena no direito português, excepto se se tratar de decisão proferida em país com o qual tenha sido celebrado Acordo que dispense tal revisão e confirmação de sentença.”⁴¹

Ainda, mesmo que a adoção tenha sido decretada antes da Lei da Nacionalidade, o adotado pode adquirir a nacionalidade portuguesa se manifestar que tem interesse, através de declaração conforme artigos 5º e 29º da Lei da Nacionalidade. Também não pode estar verificada nenhuma das circunstâncias de oposição à aquisição da nacionalidade neste caso.

Artigo 29º. Aquisição da nacionalidade por adoptados

Os adoptados plenamente por nacional português, antes da entrada em vigor da presente lei, podem adquirir a nacionalidade portuguesa mediante declaração.

A aquisição de nacionalidade por via de adoção apenas tem validade no ordenamento jurídico português, de acordo com a lei portuguesa, se o estrangeiro for adotado na sua menoridade, uma vez que o instituto da adoção em Portugal apenas permite que sejam adotados menores de 18 anos. A adoção na maioridade válida em outros países não tem eficácia jurídica em Portugal, não podendo ser por isso, fundamento de aquisição da nacionalidade portuguesa.

⁴⁰ LOPES, Mário Filipe Monteiro – “Nacionalidade: notas práticas”, p. 119.

⁴¹ LOPES, Mário Filipe Monteiro – “Nacionalidade: notas práticas”, p. 120.

5. Aquisição por mulher casada com estrangeiro

Artigo 30º. Aquisição da nacionalidade por mulher casada com estrangeiro

1 – A mulher que, nos termos da Lei nº. 2098, de 29 de julho de 1959, e legislação precedente, tenha perdido a nacionalidade portuguesa por efeito do casamento pode readquiri-la mediante declaração, não sendo, neste caso, aplicável o disposto nos artigos 9º e 10º.

Aplicável por quem tinha a nacionalidade portuguesa e a perdeu por ter adquirido voluntariamente uma outra nacionalidade.

“A aquisição da nacionalidade pela mulher que a perdeu por ter adquirido uma nacionalidade estrangeira com fundamento no casamento com estrangeiro, em data anterior à da entrada em vigor da LN, desencadeia-se pela manifestação de vontade da interessada, a prestar nos termos e com as formalidades previstas nos artigos 30º da LN e 42º e 47º a 51º do RN, não se aplicando qualquer das circunstâncias que são fundamento de oposição à aquisição da nacionalidade, dos artigos 9º e 10º da LN.”⁴²

Fundamentos de oposição à aquisição da nacionalidade

O Estado Português pode negar concessão da nacionalidade portuguesa com fundamento no casamento ou na união de facto e na filiação natural ou adoptiva a um estrangeiro se constatar uma das hipóteses enunciadas no artigo 9º da Lei da Nacionalidade:

Constituem fundamentos de oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa:

- a) A inexistência de ligação efetiva à comunidade portuguesa;
- b) A condenação, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a 3 anos;

⁴² LOPES, Mário Filipe Monteiro – “Nacionalidade: notas práticas”, p. 135.

- c) O exercício de funções públicas sem carácter predominantemente técnico ou a prestação de serviço militar não obrigatório a Estado estrangeiro;
- d) A existência de perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, pelo seu envolvimento em atividades relacionadas com a prática do terrorismo, nos termos da respectiva lei.

“Sempre que se verifiquem as circunstâncias susceptíveis de constituir fundamento de oposição, a acção de oposição à aquisição da nacionalidade é deduzida pelo Ministério Público, no prazo de um ano a contar da data do facto que dependa a aquisição da nacionalidade, em processo a instaurar nos termos do artigo 26º da LN, junto dos competentes tribunais administrativos e fiscais – artigo 10º. Da LN e artigo 56º nº 1 do RN.”⁴³

c. Naturalização

A nacionalidade portuguesa também pode ser adquirida por naturalização, nos termos do artigo 6º da Lei da Nacionalidade.

1 - O Governo concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, aos estrangeiros que satisfaçam cumulativamente os seguintes requisitos:

- a) Serem maiores ou emancipados à face da lei portuguesa;
- b) Residirem legalmente no território português há pelo menos seis anos;
- c) Conhecerem suficientemente a língua portuguesa;
- d) Não terem sido condenados, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de máximo igual ou superior a 3 anos, segundo a lei portuguesa;
- e) Não constituam perigo ou ameaça para a segurança ou a defesa nacional, pelo seu envolvimento em atividades relacionadas com a prática do terrorismo, nos termos da respectiva lei.

2 - O Governo concede a nacionalidade, por naturalização, aos menores, nascidos no território português, filhos de estrangeiros, desde que preencham os requisitos das alíneas c) e d) do número anterior e desde que, no momento do pedido, se verifique uma das seguintes condições:

- a) Um dos progenitores aqui resida legalmente há pelo menos cinco anos;
- b) O menor aqui tenha concluído o 1.º ciclo do ensino básico.

3 - O Governo concede a naturalização, com dispensa dos requisitos

⁴³ LOPES, Mário Filipe Monteiro – “Nacionalidade: notas práticas”, p. 150.

previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, aos indivíduos que tenham tido a nacionalidade portuguesa e que, tendo-a perdido, nunca tenham adquirido outra nacionalidade.

4 - O Governo concede naturalização, com dispensa do requisito previsto na alínea b) do n.º 1, aos indivíduos nascidos no estrangeiro, com pelo menos um ascendente do 2º grau da linha reta da nacionalidade portuguesa e que não tenha perdido esta nacionalidade.

5 - O Governo pode conceder a nacionalidade, por naturalização, com dispensa do requisito estabelecido na alínea b) do n.º 1, a indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros, que aqui tenham permanecido habitualmente nos 10 anos imediatamente anteriores ao pedido.

6 - O Governo pode conceder a naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, aos indivíduos que, não sendo apátridas, tenham tido a nacionalidade portuguesa, aos que forem havidos como descendentes de portugueses, aos membros de comunidades de ascendência portuguesa e aos estrangeiros que tenham prestado ou sejam chamados a prestar serviços relevantes ao Estado português ou à comunidade nacional.

7 - O Governo pode conceder a nacionalidade por naturalização, com dispensa dos requisitos previstos nas alíneas b) e c) do n.º 1, aos descendentes de judeus sefarditas portugueses, através da demonstração da tradição de pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, com base em requisitos objetivos comprovados de ligação a Portugal, designadamente apelidos, idioma familiar, descendência direta ou colateral.

Em todas as hipóteses citadas pelo artigo acima é necessário que a pessoa não tenha sido condenada, com trânsito em julgado da sentença, pela prática de crime punível com pena de prisão de 3 anos ou mais, segundo a lei portuguesa.

Para a aquisição pelos números 1, 2 e 5 do artigo 6º, é necessário comprovar conhecimento da língua portuguesa.

“A lei aplicável ao estabelecimento da filiação, nos casos em que a aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização, tenha por pressuposto o estabelecimento da filiação do progenitor português, é a que for designada pela norma de conflitos de direito internacional privado, prevista no artigo 56º do Código Civil.”⁴⁴

⁴⁴ LOPES, Mário Filipe Monteiro – “Nacionalidade: notas práticas”, p. 153.

O artigo 56º do Código Civil remete para a lei pessoal do progenitor, portanto, caso o progenitor seja estrangeiro, a lei aplicável é a sua lei pessoal, se esta se considerar competente.

Portanto, segundo estes termos da lei, um cidadão brasileiro com um ascendente originário português, que não seja o pai ou a mãe, poderá apresentar um pedido de aquisição de nacionalidade portuguesa pela via da naturalização, devendo, para tal, dirigir-se ao Consulado de Portugal da área da sua residência e ali apresentar um requerimento dirigido ao Ministro da Justiça, redigido em língua portuguesa. Além do fundamento do pedido e de outras circunstâncias que o interessado considere relevantes, o requerimento deve conter os seguintes elementos:

As certidões de nascimento brasileiras destinadas a instruir o processo de naturalização devem ser previamente reconhecidas pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro.

Os Posto Consulares farão o encaminhamento do pedido de aquisição da nacionalidade à Conservatória dos Registos Centrais que tem a seu cargo o Registo Central da Nacionalidade, cabendo-lhe proceder à instrução, decisão e feitura do registo das declarações para atribuição, aquisição e perda da nacionalidade. Compete-lhe ainda lavrar o registo da aquisição da nacionalidade por naturalização, bem como os registos de nascimento atributivos da nacionalidade, ou proceder à integração destes, se lavrados num Consulado português.⁴⁵

⁴⁵Embaixada de Portugal. Disponível em <http://www.embaixadadeportugal.org.br/assuconsul/faq-nacio.php>

d. Casos vistos no estágio:

- 1) A, português, é casado com B, de nacionalidade sul-africana, há 16 anos e o casamento foi registado em Portugal. Atualmente vivem na África do Sul e quando em Portugal têm casa em Viana do Castelo. Eles têm um filho de 23 anos já com nacionalidade portuguesa. B tem conta bancária, número contribuinte e paga impostos em Portugal. B quer saber se tem direito à nacionalidade portuguesa.

B, de nacionalidade sul-africana, tem direito à nacionalidade portuguesa, com base no artigo 3º, nº 1, da Lei da Nacionalidade, por estar casada há mais de 3 anos com um nacional português.

Artigo 3º. Casamento ou união de facto

1 – O estrangeiro casado há mais de três anos com nacional português pode adquirir a nacionalidade portuguesa mediante declaração feita na constância do matrimónio.

- 2) C foi adotado por portugueses no Brasil, quando tinha 25 anos de idade, tendo a adoção sido registrada em cartório brasileiro.

C não tem direito à nacionalidade portuguesa, porque, segundo a Lei da Nacionalidade, só poderia adquiri-la se tivesse sido adotado na menoridade. (artigo 5º e 14º da Lei da Nacionalidade)

Artigo 5º. Aquisição da nacionalidade pela adopção plena

O adoptado plenamente por nacional português adquire a nacionalidade portuguesa.

Artigo 14º. Efeitos do estabelecimento da filiação

Só a filiação estabelecida durante a menoridade produz efeitos relativamente à nacionalidade.

- 3) D é filho de cidadão português mas seu pai foi perfiliado na maioridade. D quer saber se, sendo neto de portugueses, tem direito à cidadania.

D não tem direito à nacionalidade portuguesa, uma vez que o artigo 14º da Lei da nacionalidade estabelece que só são produzidos efeitos se a filiação tiver ocorrido na menoridade, como seu pai foi perfiliado na maioridade D não possui o direito de requerer a nacionalidade portuguesa.

- 4) E é inglês, seus pais eram portugueses e nasceram em Monte Estoril em 1935. E não possui a certidão de nascimento do seu pai. Entretanto, E possui as informações de qual freguesia seu pai foi registado, a data de nascimento, bem como documentos de seus avós portugueses. O nome do pai de E consta na certidão de nascimento de E, mas o da sua mãe não. Os pais de E não registaram seu casamento nem o divórcio no Consulado Português na Inglaterra.

E tem direito à requerer a nacionalidade portuguesa, contudo para que se prove sua filiação é necessário buscar a certidão de nascimento na freguesia de Monte Estoril. Além de ter que autenticar a certidão de casamento e de divórcio no Consulado Português para que estas produzam efeito em Portugal.

- 5) F possui casa em Albufeira desde 2008 e quer saber se pode requerer a nacionalidade portuguesa em virtude de possuir esta propriedade.

F tem direito apenas ao título de residência em Portugal. Possuir propriedade não confere direitos relativos à aquisição da nacionalidade.

6. Cidadania da União Europeia

a. Aspectos Gerais

“A noção de cidadania da União implica uma comunidade de direitos e obrigações que unem os cidadãos da União por um vínculo comum que transcende a nacionalidade de um Estado membro.” (Advogado-geral F. G. Jacobs, conclusões no proc. C-274/96, Bickel e Franz)

Embora já reconhecida jurisprudencialmente, em primeiro lugar, o direito de circulação de pessoas, a cidadania europeia só foi oficialmente criada com o Tratado de Maastricht, o qual incluiu uma parte intitulada de “A cidadania da União”.

“Mas foi com o Tratado de Maastricht que se deu a criação de uma cidadania europeia, na sequência das propostas submetidas à CIG/90 sobre União Política, mormente através dos memoranda dos governos espanhol, dinamarquês, grego e português.”⁴⁶

Atualmente, a respeito da cidadania da União estão os artigo 9º e 10º do Tratado da União Europeia, artigos 20º a 25º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia e artigos 39º a 46º da Carta dos Direitos Fundamentais.

“Artigo 17º Tratado de Maastricht. É instituída a cidadania da União. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro.”

“Nestas condições, cada um dos Estados-membros da União mantém completa liberdade para, de acordo com seus próprios critérios, atribuir a sua nacionalidade.”⁴⁷

Mostra-se assim, que os Tratados, a partir do Tratado da União Europeia, começaram a se preocupar com a cidadania da União, de uma forma mais social e humanista, deixando aquela exclusividade de integração económica. “O que esteve concretamente subjacente à criação da cidadania da União foi a ideia de que, ao lado da Europa, primeiro, do mercado único, e, depois, da moeda única, era também preciso criar uma Europa dos cidadãos e aproximar a Europa dos cidadãos.”⁴⁸

⁴⁶ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, Editora Almedina, 2014, ISBN 978-972-40-5554-1, p. 519

⁴⁷ CAMPOS. João Mota de, e outros – “Manual de Direito Europeu”, p. 248.

⁴⁸ QUADROS. Fausto de – “Direito da União Europeia”, Editora Almedina. ISBN 978-972-40-5071-3, 2015, p. 157.

“Com a entrada em vigor do Tratado da União Europeia surgiu actuante, na esfera jurídica dos tradicionais beneficiários das liberdades comunitárias – os nacionais dos Estados membros – o conceito e substrato de uma cidadania que, desde logo, chama-se da União ou europeia, mas que de facto tinha uma inserção, então, sobretudo comunitária, atribuindo-lhes um novo estatuto e uma qualidade subjectiva suplementar.”⁴⁹

Tratado da União Europeia

Artigo 3º, nº 2. A União proporciona aos seus cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em que seja assegurada a livre circulação de pessoas, em conjugação com medidas adequadas em matéria de controlos na fronteira externa, de asilo e imigração, bem como de prevenção da criminalidade e combate a este fenómeno.

Artigo 9º. Em todas as suas actividades, a União respeita o princípio da igualdade dos seus cidadãos, que beneficiam de igual atenção por parte das suas instituições, órgãos e organismos. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional e não a substitui.

Artigo 10º. 1. O funcionamento da União baseia-se na democracia representativa.

2. Os cidadãos estão directamente representados, ao nível da União, no Parlamento Europeu.

Os Estados-Membros estão representados no Conselho Europeu pelo respectivo Chefe de Estado ou de Governo e no Conselho pelos respectivos Governos, eles próprios democraticamente responsáveis, quer perante os respectivos Parlamentos nacionais, quer perante os seus cidadãos.

3. Todos os cidadãos têm o direito de participar na vida democrática da União. As decisões são tomadas de forma tão aberta e tão próxima dos cidadãos quanto possível.

⁴⁹ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, p. 523.

4. Os partidos políticos ao nível europeu contribuem para a criação de uma consciência política europeia e para a expressão da vontade dos cidadãos da União.

O Tratado de Lisboa mostra que tem um objetivo de fortalecer a cidadania europeia, bem como um compromisso com o reforço da própria legitimidade democrática das instituições da União Europeia.⁵⁰

A cidadania da União, portanto, surge como um conceito subjetivamente limitado, correspondendo a um novo status atributivo de novas possibilidades àqueles que já antes beneficiavam das liberdades de circulação, tornando-se assim, um símbolo de supranacionalidade. São cidadãos da União os que tenham a nacionalidade de um Estado e a cidadania da União é complementar da cidadania nacional, que não substitui.⁵¹

Artigo 20º TFUE. 1. É instituída a cidadania da União. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional e não a substitui.

Portanto, não se trata de dupla nacionalidade, nem de sobreposição de nacionalidades, aquele que já é cidadão de um Estado membro é cidadão da União.

“Consequentemente, todo aquele que pelo direito interno de um Estado for considerado como seu nacional beneficia, *ipso facto*, da cidadania da União. E como cidadão da União goza dos direitos e fica sujeito aos deveres decorrentes do direito comunitário.”⁵²

O nº 2 do artigo 20º enumera os direitos e deveres dos cidadãos da União.

2. Os cidadãos da União gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres previstos nos Tratados. Assistem-lhes, nomeadamente:

a) O direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros;

⁵⁰ CARVALHAIS. Isabel Estrada – “Direito da União Europeia e Transnacionalidade”, QuidJuris Editora, 2010, ISBN 978-972-724-533-8, p. 104.

⁵¹ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, p. 524-525.

⁵² CAMPOS. João Mota de, e outros – “Manual de Direito Europeu”, p. 248.

b) O direito de eleger e ser eleitos nas eleições para o Parlamento Europeu, bem como nas eleições municipais do Estado-Membro de residência, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado;

c) O direito de, no território de países terceiros em que o Estado-Membro de que são nacionais não se encontre representado, beneficiar da protecção das autoridades diplomáticas e consulares de qualquer Estado-Membro, nas mesmas condições que os nacionais desse Estado;

d) O direito de dirigir petições ao Parlamento Europeu, o direito de recorrer ao Provedor de Justiça Europeu e o direito de se dirigir às instituições e aos órgãos consultivos da União numa das línguas dos Tratados e de obter uma resposta na mesma língua.

b. Direitos relativos a cidadania europeia

I – O direito livre circulação e permanência

“O primeiro e mais fundamental dos direitos integrantes da cidadania europeia – e aquele que exprime por excelência a liberdade de circulação – pareceria ser uma manifestação imprópria da primeira hipótese.”⁵³

A liberdade de circulação e de permanência no território de qualquer Estado-Membro é um direito inerente à cidadania europeia, de acordo com os artigos 20º, nº 2 e 21º do TFUE.

O artigo 45º da Carta dos Direitos Fundamentais reforça a importância do direito de livre circulação: "Qualquer cidadão da União goza do direito de circular e permanecer livremente no território dos Estados-Membros."

“(…) por via da cidadania da União, e mesmo quem não pretende exercer qualquer actividade económica, todos os nacionais dos Estados membros gozam do direito de circular e permanecer livremente no território de todos os Estados membros, salvo as

⁵³ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, p. 528.

limitações e exceções abertas pelo próprio direito da União Europeia (artigo 21º TFUE).”⁵⁴

Essa circulação pode ser a título de beneficiários da prestação de qualquer serviço (médico, jurídico, consultoria técnica etc.) e também na qualidade de turista ou estudante.⁵⁵

O acervo de Schengen, como já mencionado, foi o que mais facilitou esse exercício da liberdade de circulação dos cidadãos da União Europeia ao abolir os controlos aduaneiros e policiais que antigamente existiam nas fronteiras entre os Estados-Membros.

O TFUE determinou que, pelo princípio da equiparação, os familiares dos nacionais dos Estados membros e os filhos dos beneficiários do direito de livre circulação também possuem o direito de livre circulação entre os Estados membros.

Este direito já existia no Tratado CEE como uma das quatro liberdades de conteúdo económico. Com o Tratado da União Europeia ele passa a valer para qualquer atividade e deixa de depender do exercício de uma atividade económica.

O direito de circular e permanecer que antes tinha somente cunho económico passou a ser mais um direito pessoal ou direito civil. Este direito foi ampliado a quase todo o espaço da União Europeia devido ao Acordo de Schengen e outros atos, facilitando o direito de livre circulação dos cidadãos europeus.

“Ainda assim, o reconhecimento destes direitos e da sua amplitude não deixou de ter importantíssimas implicações, estendendo aos nacionais de outros Estados membros, em certas circunstâncias, todos os benefícios resultantes da aplicação da regra do tratamento nacional, permitindo-lhes gozar de todas as possibilidades conferidas aos nacionais de cada Estado membro no seu próprio Estado. Disso foram exemplos os acórdãos Mutsch e Cowan. Além disso, legislações nacionais como a portuguesa, apenas reconhecem o direito de permanecer a título definitivo no território nacional aos que, tendo gozado das liberdades comunitárias, residam em Portugal durante um certo

⁵⁴ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, p. 555.

⁵⁵ CAMPOS. João Mota de, e outros – “Manual de Direito Europeu”, p. 560.

período de tempo. (Lei 37/2006, de 9 de Agosto, que transpõe a Directiva 2004/38/CE).”⁵⁶

Reservas à Liberdade de Circulação de Pessoas

Estas reservas estão no artigo 52º, nº 1 do TFUE:

Artigo 52º. 1. As disposições do presente capítulo e as medidas tomadas em sua execução não prejudicam a aplicabilidade das disposições legislativas, regulamentares e administrativas, que prevejam um regime especial para os estrangeiros e sejam justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública.

Atualmente, esta matéria está regulada pela Directiva 2004/38/CE de 29-4-2004, onde dispõe as limitações da livre circulação de pessoas em relação à ordem pública, segurança pública ou saúde pública.

A Directiva mencionada indica uma lista com as doenças e enfermidades que podem habilitar um Estado membro a recusar a entrada no seu território ou a concessão da autorização de residência. Contudo, a Directiva não menciona uma noção específica de ordem pública e segurança pública, assim os próprios Estados membros é que tem poder discricionário de tomar as medidas necessárias.

“Da Directiva comunitária não decorrem, formulados em termos positivos, noções de ordem pública e segurança pública oponíveis aos Estados-Membros. Estes mantêm competência discricionária para elaborar e dar conteúdo concreto a tais noções, limitando-se a Directiva – que visa a simples coordenação das medidas de polícia especiais para estrangeiros – a limitar e condicionar o seu poder discricionário de as utilizar em relação aos nacionais de outros Estados-Membros.”⁵⁷

O artigo 52º do TFUE e a Directiva mencionada tem o objetivo de assegurar a defesa da União contra comportamentos contrários ao direito comunitário. Este comportamento deve ser entendido como uma ameaça real e suficientemente grave a ponto de afetar a sociedade.

⁵⁶ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, p. 530.

⁵⁷ CAMPOS. João Mota de, e outros – “Manual de Direito Europeu”, p 569.

A livre circulação de trabalhadores

A livre circulação de trabalhadores, prevista nos artigos 45º a 48º do TFUE, já fazia parte do mercado comum desde o Tratado de Roma.

Artigo 45º

1. A livre circulação dos trabalhadores fica assegurada na União.
2. A livre circulação dos trabalhadores implica a abolição de toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade, entre os trabalhadores dos Estados-Membros, no que diz respeito ao emprego, à remuneração e demais condições de trabalho.
3. A livre circulação dos trabalhadores compreende, sem prejuízo das limitações justificadas por razões de ordem pública, segurança pública e saúde pública, o direito de:
 - a) Responder a ofertas de emprego efectivamente feitas;
 - b) Deslocar-se livremente, para o efeito, no território dos Estados-Membros;
 - c) Residir num dos Estados-Membros a fim de nele exercer uma actividade laboral, em conformidade com as disposições legislativas, regulamentares e administrativas que regem o emprego dos trabalhadores nacionais.
 - d) Permanecer no território de um Estado-Membro depois de nele ter exercido uma actividade laboral, nas condições que serão objecto de regulamentos a estabelecer pela Comissão;

Pelo artigo 45º reconhece-se esta como uma liberdade fundamental ao mercado interno.

“O princípio da livre circulação comporta, antes de mais, a liberdade de deslocação, de residência e de permanência no território de qualquer Estado-Membro da União e bem assim a liberdade de acesso aos empregos disponíveis no espaço comunitário – tudo isto em regime de perfeita igualdade de tratamento com os trabalhadores nacionais, sem

prejuízo das restrições resultantes das reservas de «ordem pública», de «saúde pública» e de «segurança pública».”⁵⁸

O artigo acima demonstra o princípio da não discriminação pela nacionalidade, ao estabelecer que seja dado um tratamento igual ao dos trabalhadores nacionais, e além deste artigo, também o artigo 18º do TFUE determina que não haja nenhuma discriminação em razão da nacionalidade.

Artigo 18º. TFUE. No âmbito de aplicação dos Tratados, e sem prejuízo das suas disposições especiais, é proibida toda e qualquer discriminação em razão da nacionalidade.

“O princípio da não discriminação em razão da nacionalidade, neste domínio específico, traduz-se basicamente na ideia de tratamento nacional. Por isso, o próprio tratado consagra a igualdade no que toca ao emprego, à remuneração e às demais condições de trabalho.”⁵⁹

Como o Tratado não definiu exatamente quem é considerado trabalhador, o Tribunal de Justiça determinou o conceito, no Acórdão B.N.O. Walrave, de 12/12/1974, que trabalhador é um sujeito humano, nacional de um Estado membro ou membro da família de um nacional de um Estado membro, que exerceu, exerce ou pretende exercer uma atividade económica.

“Sistematicamente, o Tribunal de Justiça vem rejeitando as limitações que os Estados membros pretendem introduzir na noção de trabalhador, considerando sempre ser esta uma noção a interpretar de modo extensivo. Ainda assim, o Tribunal de Justiça tem procurado critérios objectivos que caracterizam a relação de trabalho considerados os direitos e deveres das pessoas envolvidas, dizendo, no acórdão Lawrie-Blum, que «(...) a característica essencial da relação de trabalho é a circunstância de uma pessoa realizar, durante certo tempo, em benefício de outra e sob sua direcção, as prestações em contrapartida das quais recebe uma remuneração.»⁶⁰

⁵⁸ CAMPOS. João Mota de, e outros – “Manual de Direito Europeu”, p. 561.

⁵⁹ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, p. 555.

⁶⁰ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, p. 554.

Portanto, mesmo que para apenas procurar emprego um cidadão da União pode ir a outro Estado membro, uma vez que os cidadãos da União devem receber os mesmos tratamentos dos nacionais.

A única exceção a este direito está referida no n.º 4, do artigo 45.º, do TFUE, nos casos em que o emprego seja para a administração pública.

Direito de Residência

É garantido aos nacionais de outros Estados membros o direito de residência. Isto implica na carta de residência de nacional de um Estado membro da União Europeia.

“Esta carta especial, de um modelo único em toda a União, é passada em face da carta nacional de identidade ou passaporte e de uma simples declaração de compromisso ou atestado de trabalho emitida pela entidade patronal.”⁶¹

Este direito se estende também aos familiares do cidadão. A única condição imposta para que tal direito seja reconhecido é de que o cidadão e os seus familiares possuam recursos suficientes para viver neste outro Estado membro.

Assim, rompeu-se a relação de que para ser residente era necessário uma atividade económica.

“O reconhecimento generalizado do direito de residência é definitivamente desligado de qualquer referência ao estatuto laboral do beneficiário, encarado como o agente económico, para se reportar a um estatuto de natureza política – o de cidadão da União Europeia.”⁶²

II – O direito de eleger e ser eleito

A cidadania europeia confere também direitos de participação eleitoral ativa e passiva.

Este é o segundo direito estatuído pelo artigo 20.º, n.º 2, alínea b, do TFUE, e também presente no artigo 22.º. Ele consiste na capacidade eleitoral ativa e passiva nas eleições para o Parlamento Europeu e nas eleições municipais do Estado de residência, da mesma maneira que os nacionais desse Estado têm esse direito.⁶⁴

⁶¹ CAMPOS. João Mota de, e outros – “Manual de Direito Europeu”, p. 563.

⁶² CAMPOS. João Mota de, e outros – “Manual de Direito Europeu”, p. 563.

⁶⁴ QUADROS. Fausto de – “Direito da União Europeia”, p. 161.

Trata-se de reconhecer não só o direito de voto, mas também a elegibilidade dos nacionais de um Estado membro que residam noutro Estado membro. Portanto, é evidente aqui a presença do princípio da não discriminação em razão da nacionalidade.

Na França e no Luxemburgo a lei já reconhecia a não nacionais a capacidade eleitoral para autarquias locais. Contudo, outros Estados, como no caso Portugal, teve de rever suas Constituições para acolher o direito de capacidade eleitoral para não nacionais. Em Portugal este direito foi introduzido na revisão constitucional de 1992, no artigo 15º, nº 4 e 5.⁶⁵

As regras de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições municipais por parte dos cidadãos nacionais de um Estado membro residentes no território de outro Estado membro foram determinadas pela Directiva 94/80/CE. Esta directiva removeu a condição de nacionalidade que era exigida para o exercício dos direitos eleitorais na maior parte dos Estados membros.⁶⁶

“Para concretizar o disposto no actual nº 2, alínea b, do artigo 20º e artigo 22º TFUE, o Conselho adoptou a Directiva nº 93/109/CE, que visava igualmente harmonizar disposições nacionais quanto ao exercício dos direitos eleitorais nas eleições para o Parlamento Europeu, que constitui igualmente um direito fundamental (artigo 39º da Carta dos Direitos Fundamentais).”⁶⁷

III – O direito à proteção de autoridades diplomáticas e consulares

O terceiro direito conferido ao cidadão da União é o de poder requerer, no território de Estados terceiros em que o Estado membro de que é nacional não se encontre representado, proteção da parte de autoridades diplomáticas e consulares de qualquer outro Estado membro, nas mesmas condições dos nacionais desse Estado. (artigo 20º, nº 2, al. C, e 23º, TFUE).

“Trata-se de uma profunda alteração na regra do Direito Internacional clássico, segundo a qual um Estado só deve proteção diplomática e consular aos seus próprios nacionais.

⁶⁵ QUADROS, Fausto de - "Direito da União Europeia", p. 162.

⁶⁶ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, p. 540.

⁶⁷ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, p. 541.

Este direito beneficia especialmente os nacionais dos Estados membros que tem poucas representações diplomáticas e consulares em Estados terceiros, particularmente em pequenos Estados, ou em Estados longínquos, da África, da Ásia, da América ou da Oceania, e que, desta forma, podem beneficiar, nesses Estados terceiros, da proteção diplomática e consular de Estados membros como a França ou Alemanha, que se encontram representados por embaixadas em quase todos os Estados da Comunidade Internacional e possuem uma vasta rede de consulados.”⁶⁸

De acordo com o artigo 46º da Carta dos Direitos Fundamentais essa proteção deve ser efetuada de forma subsidiária, ou seja, somente vai ser necessária se o próprio Estado de nacionalidade não estiver em condições de lhe garantir a proteção devida.

Ainda, o Tratado da União Europeia, para garantir essa proteção, estabelece que, por meio de processo legislativo especial, o Conselho possa, com consulta ao Parlamento Europeu, adotar diretivas.

IV – O direito de iniciativa popular

Este é um direito novo criado pelo Tratado de Lisboa, incorporado no artigo 11º, nº 4, também chamado de iniciativa de cidadania.

Artigo 11º, nº 4. Um milhão, pelo menos, de cidadãos da União, nacionais de um número significativo de Estados-Membros, pode tomar a iniciativa de convidar a Comissão Europeia a, no âmbito das suas atribuições, apresentar uma proposta adequada em matéria sobre as quais esses cidadãos considerem necessário um acto jurídico da União para aplicar os Tratados.

Este direito consiste no reconhecimento aos cidadãos da União, em número igual ou superior a um milhão, a tomarem a iniciativa de convidar a Comissão Europeia, dentro da sua competência para apresentar uma proposta adequada sobre questões para as quais eles entendam que é necessário um ato jurídico da União para se cumprirem os Tratados.⁶⁹

⁶⁸ QUADROS. Fausto de – “Direito da União Europeia”, p. 162.

⁶⁹ QUADROS. Fausto de – “Direito da União Europeia”, p. 163.

“Mais do que a possibilidade de todos os cidadãos e suas associações representativas expressarem e partilharem publicamente os seus pontos de vista sobre todos os domínios de acção da União, o Tratado de Lisboa cria a possibilidade de os cidadãos desencadearem um acto legislativo, ao permitir-lhes que solicitem à Comissão que apresente proposta de legislação nos domínios da competência da União. Tal far-se-á através de um instrumento de democracia participativa, a saber, a Iniciativa da Cidadania Europeia (ICE).”⁷⁰

O artigo 24º, par. 1, do TFUE regulamenta esse processo pelo qual os cidadãos vão exercer este direito.

"A norma é vaga, cabendo a sua regulamentação ao Parlamento Europeu e ao Conselho que, por via de processo legislativo ordinário (artigo 24º TFUE), adoptaram o Regulamento (UE) nº 211/2011 (...)"⁷¹

Este direito representa o princípio da democracia participativa ao possibilitar que os cidadãos contactem diretamente a Comissão, aproximando a União dos cidadãos.

V – O direito de se dirigir a qualquer órgão ou instituição da União

Este direito está estabelecido no artigo 20º, nº 2, alínea d, 3ª parte, e 24º, parágrafo 4, do TFUE.

Ele consiste na possibilidade dos cidadãos da União se dirigirem, em qualquer das línguas dos Tratados, aos órgãos referidos nos números 1 a 4 do artigo 13º do TUE, sobre qualquer assunto da respectiva competência, e também, de receberem uma resposta escrita no mesmo idioma.⁷²

Assim como o direito de iniciativa popular, ele representa expressamente o princípio da democracia participativa, e ao respeito da língua pessoal.

⁷⁰ CARVALHAIS. Isabel Estrada – “Direito da União Europeia e Transnacionalidade”, p. 104.

⁷¹ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, p. 542.

Regulamento (UE) nº 211/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Fevereiro de 2011 sobre a iniciativa de cidadania, alterado por último pelo Regulamento Delgado (UE) nº 887/2013 da Comissão, de 11.7.2013.

⁷² QUADROS. Fausto de – “Direito da União Europeia”, p. 164.

VI – O direito de petição ao Parlamento Europeu

É um direito extensível a grupos de cidadãos, portanto, não se trata de um direito apenas individual.

"Qualquer cidadão da União (bem como qualquer outra pessoa singular ou colectiva com residência ou sede estatutária num Estado-Membro) tem o direito de apresentar, a título individual ou em associação com outros cidadãos ou pessoas, petições ao Parlamento Europeu sobre qualquer questão que se integre nos domínios da actividade da União e que lhe diga directamente respeito ... "⁷³

O direito de petição ao Parlamento Europeu já era reconhecido desde o final dos anos 80 pelo Parlamento Europeu e os tratados incorporaram-no formalmente desde o tratado de Maastricht.⁷⁴

Ele se encontra no artigo 20º, nº 2, alínea d, 1ª parte, do TFUE. O objeto deste direito, bem como os termos para seu exercício, estão regulados pelo artigo 227º do TFUE.

O direito de petição ao Parlamento Europeu também se encontra no artigo 44º da Carta dos Direitos Fundamentais:

Artigo 44.º Direito de Petição. Qualquer cidadão da União, bem como qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede social num Estado-Membro, goza do direito de petição ao Parlamento Europeu.

A petição ao Parlamento Europeu pode ser sobre qualquer questão que envolva os domínios da União e diga respeito ao cidadão que o exerce.

VII – O direito de queixa ao Provedor de Justiça

Também conhecido por direito de recurso ao Provedor de Justiça Europeu, se encontra nos artigos 20º, nº 2, alínea d, e 24º, seu exercício está disciplinado pelo artigo 228º, nº 1 do TFUE, e ainda é referido pelo artigo 43º da Carta dos Direitos Fundamentais:

“Qualquer cidadão da União, bem como qualquer pessoa singular ou colectiva com residência ou sede social num Estado-Membro, tem o direito de apresentar petições ao Provedor de Justiça da União, respeitantes a casos de má

⁷³CAMPOS. João Mota de, e outros – “Manual de Direito Europeu”, p. 250-251.

⁷⁴GORJÃO-HENRIQUES, Miguel – “Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência”, p. 542.

administração na actuação das instituições ou órgãos comunitários, com excepções do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Primeira Instância no exercício das respectivas funções jurisdicionais.”

Este direito tem por objeto a violação do dever de boa administração na atuação de instituições, órgãos e organismos da União, com exceção do Tribunal de Justiça da União Europeia quando este atue no exercício de suas funções jurisdicionais.⁹⁰

O Estatuto do Provedor de Justiça que se encontra em vigor atualmente foi aprovado por resolução do Parlamento Europeu de 18 de Junho de 2008.⁹¹

A natureza e extensão da Cidadania

O Tratado de Lisboa manteve, nos artigos 20º TUE e 328º TFUE a abertura a criação de futuras novas cidadanias, por exemplo para países que venham a integrar a União Europeia.

Vale ressaltar que alguns dos direitos mencionados acima não são exclusivos dos cidadãos da União, eles são estendidos aos familiares dos cidadãos da União, mesmo que estes sejam nacionais de um Estado terceiro e não possuam a nacionalidade de algum estado membro da União. Isto foi definido pelo artigo 45º, nº 2 da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e visa o reagrupamento familiar, preservando sua estabilidade e unidade.⁹²

Ainda, "a cidadania não se esgota nos direitos tipificados nos artigos 20º a 24º do TFUE e 11º, nº 4 TUE. De facto, o artigo 25º TFUE contém uma cláusula de extensão material desses direitos."⁹³

Por fim, de acordo com o artigo 6º do Tratado da União Europeia, é garantido aos cidadãos da União o respeito pelos direitos fundamentais.

⁹⁰ QUADROS, Fausto de. "Direito da União Europeia", p. 164.

⁹¹ QUADROS, Fausto de - "Direito da União Europeia", p. 164.

⁹² QUADROS, Fausto de - "Direito da União Europeia, p. 165.

⁹³ QUADROS, Fausto de - "Direito da União Europeia, p. 166.

Conclusão

a. Avaliação Pessoal do Estágio

O estágio foi de grande proveito para a minha formação acadêmica, uma experiência na qual eu considero ter sido muito bem aproveitada, pois pela primeira vez pude ver como trabalham os juristas em Portugal e como é o funcionamento das instituições jurídicas portuguesas.

A orientadora do estágio Dra. Joana Nunes acompanhou diariamente o meu trabalho, e ela era quem coordenava o estágio, passando os casos e explicando as situações para que meu trabalho fosse feito.

No próprio escritório foram oferecidos vários livros de apoio ao trabalho para que eu pudesse estudar primeiramente as leis portuguesas e o funcionamento do ordenamento jurídico, para que, depois, a orientadora do estágio pudesse passar trabalho a ser feito.

Além disso, aprofundei-me em estudos com auxílio de livros da biblioteca da FDUNL e textos disponíveis on-line, bem como as próprias leis que ainda desconhecia totalmente.

b. Expectativas

A principal expectativa do estágio, como brevemente descrito na introdução, era a participação e o desenvolvimento de uma experiência profissional, de instrução do conhecimento à atividade profissional qualificada, dada por profissionais experientes na sua área.

Além disso, a possibilidade de vivenciar a experiência profissional e laboral em sua plenitude, adquirindo novos conhecimentos sobre as matérias estudadas, tanto pela prática laboral exercida como pelos estudos efetuados para atingir tal objetivo.

Sendo assim, acredito que as expectativas com relação ao estágio estavam dentro do esperado e foram amplamente superadas.

c. Relevância atribuída ao estágio

O estágio é um importante elemento na preparação dos alunos para a vida profissional, pois permite entender a ligação efetiva entre os institutos jurídicos, a nível nacional e internacional, passando pelo plano da teoria, diretamente para o plano concretizado.

Na perspectiva pessoal do estágio, posso dizer que foi uma ótima experiência, não só de aprendizado, vendo a conexão da parte teórica com a prática, mas também pelo fornecimento de uma perspectiva empresarial e profissional do ramo do Direito. Muito embora o estágio também tenha passado pelo estudo da teoria, sendo este essencial para o desenvolvimento das atividades, considero a fase mais interessante e que teve maior relevância, a parte de consultoria jurídica e do devido acompanhamento dos procedimentos.

A formação recebida no estágio serviu como experiência prática que falta nas aulas teóricas, com um aumento do conhecimento sobre os temas abordados e dos instrumentos legais nacionais e comunitários.

Além de ter dado a oportunidade de conhecer todo o procedimento negocial entre advogados e clientes, os documentos que precisam dispor e o processo dos requerimentos para atendê-los em sua causa jurídica.

Por fim, importa salientar que tanto o estágio como a elaboração do presente relatório permitiram um maior desenvolvimento de conhecimentos na área de Direito Internacional e Europeu, num contexto globalizado da atualidade, para uma futura carreira jurídica.

Bibliografia

CAMPOS, João Mota de, e outros - “*Manual de Direito Europeu*”, 7ª edição. Coimbra Editora, 2014.

CARVALHAIS, Isabel Estrada, SILVEIRA, Alessandra (coord.) – “*Direito da União Europeia e Transnacionalidade. Acção Jean Monnet (Information and Research Activities)*”, 1ª edição, Quid Juris Sociedade Editora, 2010.

Embaixada de Portugal. Disponível em

<http://www.embaixadadeportugal.org.br/assuconsul/faq-nacio.php>

GORJÃO-HENRIQUES, Miguel - “*Direito da União: história, direito, cidadania, mercado interno e concorrência*”, 7ª edição, Editora Almedina, 2014.

LOPES, Mário Filipe Monteiro – “*Nacionalidade: notas práticas*”, 5ª edição, Editora Almedina, 2008.

PEREIRA, Júlio e A. C. PINHO, José Cândido de – “*Direito dos Estrangeiros: Entrada, Permanência, Saída e Afastamento*”, Coimbra Editora, 2008.

QUADROS. Fausto de – “*Direito da União Europeia*”, 3ª edição, Editora Almedina, 2015.

RAMOS, Rui Manuel Moura – “*Estudos de Direito Português da Nacionalidade*”, 1ª edição, Coimbra Editora, 2013. Coimbra.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível em <http://www.sef.pt>